ICMPD
International Centre for Migration Policy Development

União Europeia

MT Brasil

Migrações Transfronteiriças

Fortalecendo a capacidade do governo federal para gerenciar novos fluxos migratórios

NECESSIDADES E OBSTÁCULOS PARA A INSERÇÃO LABORAL E A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IMIGRANTES – ESTUDO DE CASO EM CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL, DE SANTA CATARINA E NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Relatório de Pesquisa

Dezembro de 2015

Ministério do Trabalho

BRASIL GOVERNO FEDERAL

AUTORES: Duval Magalhães Fernandes (coordenador), Maria da Consolação Gomes de Castro (pesquisadora), Andressa Virginia de Faria, Romerito Valeriano da Silva e Filipe Rezende (assistentes de pesquisa)

Equipe do International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) – Viena:

Elisa Trossero, Enrico Ragaglia, Edgar Federzoni

Equipe do International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) – Escritório de Ligação no Brasil:

Joana Bezerra Cavalcanti Barbosa, Daya Hayakawa Almeida

Copyright:

International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), 2016

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, copiada ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotografia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informação sem autorização dos proprietários do copyright.

ICMPD

Gonzagagasse 1

A – 1010 Vienna

Áustria

www.icmpd.org

Esta publicação foi produzida com a ajuda da União Europeia. Seu conteúdo é de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não reflete de forma alguma as opiniões da União Europeia ou do ICMPD (*International Centre for Migration Policy Development*) sobre o tema, bem como as conclusões nela contidas não são vinculativas para nenhuma das partes.

APRESENTAÇÃO

O projeto "Migrações transfronteiriças: fortalecendo a capacidade do governo federal para gerenciar novos fluxos migratórios" (MT Brasil) é financiado pela União Europeia, pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (SNJ), do Ministério da Justiça e Cidadania do Brasil, pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), do Ministério do Trabalho do Brasil e pela Escritório Federal para Migrações da Suíça. Os parceiros e associados do projeto também incluem a Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Federal, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal (SEF), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – Escritório de Ligação e Parceria no Brasil (UNODC), a Organização Internacional do Trabalho – Escritório em Brasília (OIT) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério da Justiça e Cidadania do Brasil.

A instituição implementadora é o *International Centre for Migration Policy Development* (ICMPD), responsável pela elaboração deste relatório.

O objetivo do Projeto MT Brasil é fortalecer a capacidade do governo federal brasileiro para melhor gerir os fluxos migratórios, com foco na assistência e na integração laboral de grupos vulneráveis, como os retornados, os migrantes e as potenciais vítimas de tráfico de pessoas. Esse objetivo geral pode ser subdividido em três objetivos específicos distintos:

1) Fortalecer a cooperação entre o Brasil e os Estados-Membros da UE, considerando a transferência de competências, capacidades e recursos.
2) Fortalecer a capacidade do governo federal para o desenvolvimento de políticas e programas que têm como público-alvo brasileiros retornados, trabalhadores migrantes e vítimas de tráfico de pessoas.
3) Estabelecer a relação entre migração e desenvolvimento por meio de benefícios que potencializem as habilidades e qualificações laborais de migrantes e retornados ao país.

Para viabilizar a implementação do projeto, o MT Brasil foi dividido em dois conjuntos de atividades que estão intimamente interligados. Vejamos a seguir.

Por meio do primeiro conjunto de atividades, o projeto visa à transferência de conhecimentos, capacidades e habilidades para o governo federal para apoiar a implementação de equipamentos públicos de atendimento ao migrante (e.g., Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (Secretaria Nacional de Justiça e

Cidadania), Casas do Migrante (Ministério do Trabalho) e Centros de Fronteira (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres)).

Por meio do segundo conjunto, o objetivo do projeto é, mediante solicitação do governo federal, prestar apoio especializado para definir normas e orientações para o trabalho de reintegração social e laboral de brasileiros retornados, migrantes e vítimas do tráfico de pessoas, estabelecendo, assim, a relação entre migração e desenvolvimento.

Boa leitura!

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Município da Região Sul onde foi realizado as entrevistas, 2015 16
Figura 2 - Países de origem dos entrevistados, 2015 19
Figura 3 - Principais rotas migratórias dos haitianos para o Brasil 27

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Informações sociodemográficas dos municípios visitados, UFs e Brasil 17
Tabela 2 – Número de trabalhadores e imigrantes nas empresas 36
Tabela 3 - Entrevistados imigrantes 66
Tabela 4 – Contatos institucionais 67

LISTA DE SIGLAS

CAM	Centro de Atenção ao Imigrante
CAT	Centro de Atendimento ao Trabalhador
CIC	Câmara de Indústria, Comércio e Serviços
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
Comirat	Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas
Conare	Comitê Nacional para Refugiados
Consuni	Conselho Universitário
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAI	Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAFE	Projeto Migração entre África e Europa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONGs	Organizações não Governamentais
PET- Letras	Programa de Educação Tutorial do curso de Letras
PIB	Produto Interno Bruto
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni	Programa Universidade Para Todos
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
SINE	Sistema Nacional de Emprego

SUS	Sistema Único de Saúde
UAI	Unidade de Atendimento Integrado
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNO Chapecó	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 METODOLOGIA 14

2.1 Concepção metodológica norteadora da pesquisa 14

2.2 Campos de investigação 15

3 RESULTADOS DA PESQUISA 20

3.1 Projeto migratório 20

3.1.1 As razões para emigrar 20

3.1.2 Avaliação do processo migratório 22

3.1.3 A obtenção da documentação no Brasil 23

3.1.4 O trajeto 25

3.2 Inserção laboral 28

3.2.1 Relato da situação do imigrante 28

3.2.2 Autoridades governamentais e organizações sociais 33

3.2.3. Diálogos com empresas 35

3.3 Imigrante empreendedor 41

3.4 Integração social dos imigrantes 42

3.4.1 Principais dificuldades dos imigrantes 43

3.4.2 Recomendações dos imigrantes e dos demais interlocutores ao governo brasileiro 49

3.4.3 Impacto da imigração internacional no município 54

3.4.4 Percepções dos entrevistados sobre a imigração 58

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 59

REFERÊNCIAS 63

ANEXOS 66

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980, o Brasil inaugurou uma nova fase no tocante aos deslocamentos de sua população. Neste período, ficou nítido o crescimento do número de brasileiros que optaram por residir no exterior, fato que passou a ser abordado recorrentemente tanto pela mídia como pelos pesquisadores da área. Assim, além de país historicamente receptor de imigrantes, o Brasil passou a ser também um expulsor de população (CARVALHO, 2004). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), no ano de 2011, cerca de 3.122.813 brasileiros viviam no exterior. Os principais destinos dos emigrados brasileiros são, predominantemente, países desenvolvidos como o Japão, Estados Unidos e, na Europa: Reino Unido, Espanha, Portugal, Alemanha, Itália, França e Bélgica.

Por outro lado, a chegada de imigrantes ao país continua, mesmo que em ritmo mais reduzido e com um perfil diverso do observado no passado, em que havia predominância de pessoas vindas de países europeus. Nas três últimas décadas, surgiram novas modalidades da imigração internacional que têm o Brasil como destino, passando o país a ser receptor também de coreanos, chineses, bolivianos, paraguaios, chilenos, peruanos, bem como de nacionais de países africanos, além de refugiados procedentes de diferentes países (AYDOS, 2010). Na atualidade, e com maior ênfase após o início da crise econômica em 2008, observa-se também um movimento de retorno dos brasileiros que residiam no exterior.

Em 2010, o censo demográfico indicou a presença de 592.569 estrangeiros residentes no Brasil, incluindo 4.477 estrangeiros com estatuto de refugiados procedentes de 77 países[1]. Quando consideradas as pessoas que residiam no exterior e que ingressaram no país durante o período intercensitário (2000–2010), o censo indicou 455.332 pessoas, sendo 64,8% delas brasileiros que retornavam ao país. Ao se estimar a migração tendo em conta os quesitos sobre data fixa[2], o número de retornados ao Brasil apurado em 2010 chega a 268.292 pessoas, sendo 65,6% de brasileiros retornados. Nesse mesmo recenseamento, pela primeira vez, foi levantado o número de brasileiros residentes no exterior por meio de quesitos inseridos no questionário do universo, que inquiriam ao responsável do domicílio se algum morador residia no exterior. O volume de emigrantes estimado foi de 491.645 pessoas. Os quatro destinos mais importantes informados foram: Estados Unidos (23,8%), Portugal (13,4%), Espanha (9,4%) e Japão (7,4%).

[1] Dados do Ministério da Justiça e Cidadania.
[2] País de residência anterior em 31/7/2005.

Além do retorno, foi possível identificar, após 2008, um movimento de estrangeiros que buscavam trabalho no Brasil. Os registros do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) mostram persistente crescimento nas demandas de trabalho no país de portugueses e espanhóis, assim como de pessoas de outras nacionalidades (BOTEGA *et all* 2015). Esses imigrantes, na sua maioria com elevada qualificação, buscavam se posicionar no mercado de trabalho brasileiro que, devido à preparação dos grandes eventos previstos para 2014 e 2016, estava em franca expansão (FERNANDES e CASTRO, 2013; FERNANDES e CASTRO, 2014). Ao mesmo tempo, ampliava-se o fluxo de imigrantes vindos de países fronteiriços, principalmente Peru e Bolívia, cuja permanência e regularização do status migratório têm sido facilitadas desde 2009 graças ao acordo de livre circulação de nacionais de países do Mercosul e de países associados.

Em paralelo a esses fluxos, ao final de 2010 surge uma nova situação que apresenta mais um desafio às autoridades brasileiras no tocante à governança migratória. É nesse momento que tem início o processo da imigração haitiana para o Brasil, que em um primeiro momento se deu de maneira tímida, com a vinda de não mais que algumas dezenas, até que ocorre a ampliação desse processo e, ao final de 2015, já tínhamos mais de 60.000 haitianos vivendo no Brasil. Os principais pontos de entrada no país são as fronteiras do Peru com os estados do Acre e Amazonas. Ao chegarem à fronteira, esses imigrantes apresentam solicitação de refúgio alegando as péssimas condições de vida no Haiti e a impossibilidade de continuarem vivendo naquele país após o terremoto. Uma vez que o Brasil é signatário de convenções internacionais relativas ao acolhimento de refugiados, as autoridades na fronteira registram essas solicitações e as encaminham ao órgão competente: o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça e Cidadania, para análise. Enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física – CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social), que lhes permite circular pelo país em busca de trabalho.

A análise da solicitação invariavelmente termina por uma negativa do status de refugiado, mas, nos casos em que se avalia, no âmbito do governo, que há indícios de vulnerabilidade social no retorno do imigrante ao país de origem, a sua permanência pode ser garantida após avaliação do caso pelo Conselho Nacional de Imigração via utilização de procedimentos administrativos regulamentados por lei (FERNANDES et ali, 2013; OIM, 2014).

Em janeiro de 2012 foram criados mecanismos que permitiram aos haitianos o acesso a vistos humanitários que podiam ser solicitados diretamente às representações

consulares brasileiras em Porto Príncipe, Lima, Quito e, por um curto período de tempo, em São Domingos[3]. Essa medida buscava refrear a chegada dos imigrantes pela fronteira Norte, no entanto, a manutenção de dois mecanismos de regularização migratória paralelos – concessão de visto pelas representações diplomáticas e autorização de permanência aos solicitantes de refúgio cuja demanda havia sido recusada – emitia sinais ambíguos para a comunidade de potenciais imigrantes, ainda mais se considerarmos que a Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, que permitiu a concessão de visto no exterior, limitava seu número a 1.200 vistos por ano[4].

A manutenção desse fluxo de haitianos levou, em maio de 2013, a cidade de Brasiléia, no Acre, a mais uma situação de calamidade pública que obrigou o governo a encaminhar uma força-tarefa para a região com o objetivo de fazer uma regularização em massa de mais de 2.000 haitianos que ali esperavam pela autorização de entrada no país.

Em pouco tempo vieram se juntar aos haitianos imigrantes de outras nacionalidades, como os senegaleses, que em determinados momentos passaram a constituir a maior parte de imigrantes que chegavam à fronteira Norte, ou mesmo os ganeses, que chegaram, em sua maioria, durante a Copa de 2014, além de outras nacionalidades atraídas ao país pelas mais diversas razões. A todos tem sido dispensado o mesmo tratamento, que é o recebimento da demanda de refúgio e a emissão da documentação provisória. De forma diversa ao que ocorre com os haitianos, a regularização definitiva do status migratório da maioria desses imigrantes está em análise, mas há sinalizações concretas de que a situação possa ser resolvida via concessão pelo CNIg da autorização de permanência no país[5].

Tal processo, mesmo que possa ser saudado como uma forma de garantir a regularização dos imigrantes e, portanto, como um importante passo no reconhecimento dos direitos humanos, contribui para expor tais imigrantes a situações de extrema vulnerabilidade no trajeto até a fronteira brasileira, gerando um processo em que, mesmo de forma involuntária, colabora-se com as redes de contrabando de imigrantes, uma vez que a garantia de permanência no país é apresentada por aqueles que organizam o processo e o trajeto como

[3] Resolução Normativa nº 97/2012.

[4] A RN nº 97, de 12/01/2012, foi alterada pela RN nº 102 – suspensão do limite de vistos –, pela RN nº 106, pela RN nº 113 e pela RN nº 117 em relação ao prazo de vigência.

[5] No caso dos demandantes de refúgio que não obtêm aprovação pelo Conare, a autorização aplicada pelo CNIg se baseia na combinação da RR nº 08, de 19/12/06, e da RN nº 27, de 27/11/98.

a maior recompensa para as vicissitudes sofridas no caminho (CONTINGUIBA, PIMENTEL, 2012; SILVA, 2013).

2 METODOLOGIA

2.1 Concepção metodológica norteadora da pesquisa

A proposta da pesquisa foi realizar um levantamento de informações com os diversos atores que participam direta e indiretamente do processo migratório nas regiões escolhidas. Nesse conjunto, foram ouvidos imigrantes de diversas nacionalidades, autoridades públicas e representantes da sociedade civil.

No processo de coleta das informações, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois esta se fundamenta na via subjetiva e é capaz de resgatar o modo de perceber o cotidiano dos sujeitos envolvidos. Ainda, a fonte de dados é o ambiente natural, a investigação é descritiva e os dados coletados são em forma de palavras ou imagens (CRESWELL, 2010). Para Chizzotti (2006, p. 70), na pesquisa qualitativa "há uma relação dinâmica entre a realidade vivida e o sujeito envolvido, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito". A via qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, aprofundando-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e que não pode ser captado por/em estatísticas.

Os instrumentais utilizados foram de caráter investigativo qualitativo, e incluem entrevistas estruturadas e rodas de conversa.

Segundo Moura e Lima (2014, p. 99), a roda de conversa é, "no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão". Esse instrumento possibilita a troca de experiências e promove reflexões sobre as vivências dos sujeitos em "processo mediado pela interação com os pares, através de diálogos internos e no silêncio observador e reflexivo" (MOURA e LIMA, 2014, p. 99).

A entrevista é considerada como uma técnica por meio da qual o pesquisador se coloca diante do participante, para quem faz perguntas, com o objetivo de obter informações que cooperem com a investigação. Trata-se de um diálogo assimétrico em que o pesquisador busca coletar dados e o interlocutor se apresenta como fonte de informação. As entrevistas procuraram explorar o que as pessoas sabiam, criavam, esperavam, sentiam e desejavam. A

entrevista é, conforme Gil (1999), uma das técnicas mais adotadas pelos pesquisadores sociais, em razão de sua flexibilidade e por constituir uma forma de interação social entre investigador e investigado.

Em princípio não havia uma definição concreta das nacionalidades que deveriam ser entrevistadas. *A priori*, apesar de ser possível identificar algumas nacionalidades predominantes nos locais definidos para o levantamento, por exemplo, haitianos e senegaleses, optou-se por deixar abertas as possibilidades de contato, uma vez que o processo migratório nas regiões visitadas é dinâmico e não comporta uma definição prévia dos atores que podem ser encontrados pelo caminho. Considerando as dificuldades que poderiam surgir da utilização da metodologia de grupos focais aplicada a um grupo reduzido de participantes com idiomas distintos, decidiu-se utilizar o método de "*roda de conversa"* (AFONSO, ABADE, 2008; MOURA, LIMA, 2014), o que permitiu trabalhar com grupos menores de uma mesma nacionalidade, minimizando as dificuldades advindas da diversidade de idiomas.

A aplicação de tal metodologia permite a utilização de marcadores de tempo apontando espaços, demarcando acontecimentos, definindo lugares e ações, o que facilita, no caso da migração internacional, a reconstrução de trajetos e possibilita ao grupo a avaliação de experiências semelhantes sob olhares diversos. Por se tratar de uma dinâmica de grupo com um número de indivíduos mais reduzido e critérios mais abertos que aqueles do "*grupo focal",* esse procedimento facilita a interação entre o coordenador e imigrantes em um contexto de realidades diferenciadas, vivenciadas de forma distinta por cada conjunto de imigrantes, segundo nacionalidade e trajeto migratório.

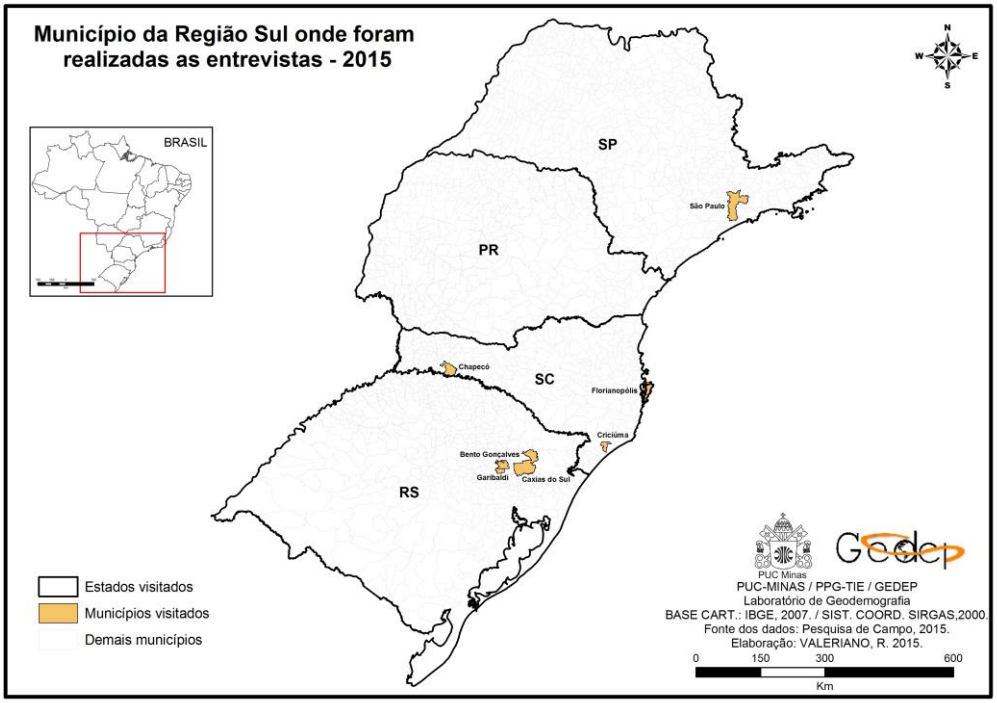
Nos contatos com autoridades locais e representantes de organizações da sociedade civil que atuam no atendimento aos imigrantes, foram utilizados roteiros de entrevistas adaptados ao contexto de cada situação.

A todos os entrevistados foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para assinatura antes do início das rodas de conversa e a pesquisa de referência foi inscrita na Plataforma Brasil e avaliada pelo Comitê de Ética da PUC-Minas.

2.2 Campos de investigação

O levantamento de campo foi dividido em duas fases, a primeira realizada no período de 19 a 30 de janeiro de 2015, em cidades dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a segunda, no período de 28 de março a 2 de abril do mesmo ano, na cidade de São Paulo, conforme mapa a seguir.

Figura 1- Município da Região Sul onde foram realizadas as entrevistas, 2015.



Na fase da pesquisa em Santa Catarina foram visitadas as cidades de Criciúma, Forquilhinha, Chapecó e Florianópolis. No estado do Rio Grande do Sul, as cidades de Garibaldi, Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Na fase final do levantamento, a visita ficou restrita à cidade de São Paulo, no estado de mesmo nome.

A tabela a seguir apresenta a seleção de alguns indicadores das cidades visitadas e respectivos estados.

Tabela 1 - Informações sociodemográficas dos municípios visitados, UFs e Brasil

Municípios/UF	População total	Imigrantes (2010)*		Imigrantes(2015)**		PIB per capita	IMDH
	2015	Total	Imig/Pop$_1$	Total	Imig/Pop$_2$	2013	2010
Bento Gonçalves	113.287	186	17,34	956	84,39	42.528,93	0,778
Caxias do Sul	474.853	958	21,99	2.952	62,17	45.883,07	0,782
Garibaldi	33.131	38	12,38	188	56,74	44.781,54	0,786
Rio Grande do Sul	*11.247.972*	*34.244*	*32,02*	*45.092*	*40,09*	*29.657,00*	*0,746*
Chapecó	205.795	184	10,03	272	13,22	33.411,42	0,79
Criciúma	206.918	484	25,17	688	33,25	27.516,97	0,788
Forquilhinha	25.129	23	10,20	0	0,00	21.653,63	0,753
Florianópolis	469.690	4.623	109,75	14.273	303,88	32.385,04	0,847
Santa Catarina	*6.819.190*	*17.623*	*28,20*	*34.052*	*49,94*	*32.289,00*	*0,774*
São Paulo	11.967.825	151.072	134,24	256.584	214,39	48.275,45	0,805
São Paulo	*44.396.484*	*266.781*	*64,66*	*367.436*	*82,76*	*39.122,00*	*0,783*
Brasil	**204.450.649**	**592.569**	**31,06**	**879.926**	**43,04**	**25.655,00**	**0,715**

Fonte: IBGE e Polícia Federal

* Estrangeiros e naturalizados – Censo de 2010

** Estrangeiros com registro ativo na Polícia Federal entre 2000 e nov/2015

1- Razão entre o número de estrangeiros e naturalizados e a população do Censo 2010 X 10.000

2 - Razão entre o número de registros ativos de estrangeiros da Polícia Federal no período de 2000 a 2015 e a população estimada de 2015 x 10.000

Em cada cidade foram estabelecidas parcerias com entidades locais que buscaram auxiliar nos contatos com as autoridades e representantes da sociedade civil, além de contribuir com a preparação das rodas de conversa com os imigrantes.

Na cidade de Criciúma e Forquilhinha, o principal contato foi a representação da Cáritas local, que articulou as visitas às entidades e os contatos com os imigrantes. Além dos imigrantes foram contatados empresários locais cujas empresas contratam essa mão de obra, a Secretaria de Assistência Social dos municípios visitados e os responsáveis pelos equipamentos sociais que os atendem. Na cidade de Chapecó, os contatos aconteceram via Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Além dos imigrantes, que incluíram os alunos do Programa Pró-Haiti da UFFS, foram contatados empresários locais, serviços sociais de atendimento aos imigrantes no município, a Procuradoria do Trabalho, a Superintendência do Trabalho, representações sindicais e representantes de associações de imigrantes.

Em Caxias do Sul, os contatos foram facilitados pela Fundação de Assistência Social, que organizou uma mesa redonda com representantes das diversas áreas do Executivo local; da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CIC); do Movimento da Igualdade Racial; do Sistema Nacional de Emprego (Sine); da Secretaria de Saúde do município; da Diocese de

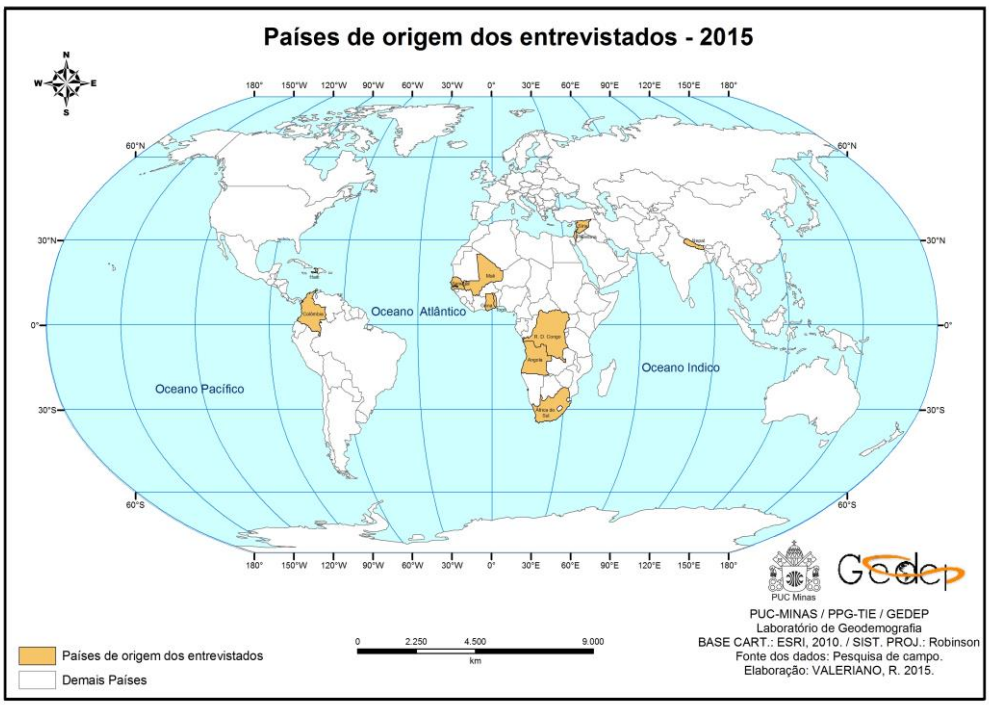
Caxias do Sul, do Centro de Acolhimento ao Imigrante, das Irmãs Franciscanas, entre outros. Essa iniciativa facilitou os contatos para a continuação dos levantamentos com entrevistas que incluíram a Delegacia de Polícia Federal, a Superintendência do Trabalho e representantes de associação de imigrantes. Em cidades próximas a Caxias do Sul, os levantamentos se restringiram a entrevistas com empresários, em Garibaldi, e com representantes da Secretaria de Assistência Social, em Bento Gonçalves. Além desses apoios locais, a equipe de pesquisa procurou contatar imigrantes e outras entidades que, de alguma forma, tivessem contato com imigrantes.

Em São Paulo, o principal apoio foi da Missão Paz,[6] que tem uma longa trajetória no atendimento a imigrantes. Os contatos foram realizados na sede da instituição, que disponibilizou o seu acervo de informações para facilitar os contatos com setores da área governamental, empresários e outras organizações não governamentais. Na cidade foram entrevistados empresários que contratam imigrantes, representantes dos Centros de Atendimento ao Trabalhador (CAT), do Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), da Cáritas, o Centro de Atendimento ao Imigrante (CIC)/Barra Funda e da Secretaria Municipal de Saúde.

Ao final da primeira fase, na região Sul, foram ouvidos 46 imigrantes das seguintes nacionalidades: Togo, África do Sul, Gana, Haiti e Senegal. Em São Paulo, os 34 migrantes ouvidos eram do Haiti, de Mali, do Congo, de Angola, da Palestina, da Síria, da Colômbia, da Nigéria e do Nepal. No Anexo I, é apresentada a lista de entidades ouvidas e de entrevistas realizadas.

[6] A Missão Paz é uma obra dos Missionários de São Carlos – Scalabrinianos, com larga vivência junto aos migrantes, imigrantes e refugiados.

Figura 2- Países de origem dos entrevistados, 2015.



Apesar da preocupação com relação ao levantamento das informações por meio da realização de rodas de conversa, nem sempre foi possível seguir o roteiro pré-determinado, pois os imigrantes se mostraram bastantes ansiosos por oportunidades de trabalho, havendo diversidade de nacionalidades e de idiomas. Tal situação gerou grande quantidade de informações em vários idiomas, que tiveram de passar por um processo de depuração prévia às análises. Apesar das semelhanças do conjunto de questões feitas aos entrevistados, algumas particularidades relacionadas aos países de origem e aos trajetos levaram ao aprofundamento de itens do roteiro previsto, de forma que alguns relatos ficaram, em determinados segmentos, mais completos do que outros.

Outra situação a ser considerada foi a facilidade de acesso a algumas nacionalidades e a dificuldade de se obter informações de outras, quer pela desconfiança com relação ao tipo de trabalho realizado, quer pelo pouco conhecimento dos idiomas falados por parte dos entrevistadores, que compreendiam apenas português, inglês, francês e espanhol, e não dialetos como *wolof* ou *criole*[7].

[7] Wolof (/ w ɒ l ɒ f /) é um dialeto utilizado de maneira geral no Senegal, em Gâmbia e na Mauritânia, que representa a língua nativa do povo Wolof. Criole é o idioma falado pelos haitianos.

Outra dificuldade foi relativa ao tempo que os imigrantes estavam no Brasil. Aqueles que estavam há mais tempo tinham discursos mais elaborados e ocupavam mais tempo de fala, o que de certa forma intimidou aqueles com menor tempo no Brasil.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa serão apresentados em três subitens: o primeiro trata do **projeto migratório**, no qual serão relatados, dentre outros pontos: a razão para a migração, o trajeto e as principais dificuldades. O segundo abordará a **inserção laboral** dos imigrantes, destacando o relato deles em relação ao trabalho, o apoio por parte da sociedade civil e do governo e o trabalho dos imigrantes na visão dos empregadores. O terceiro versará sobre a **inserção social** dos imigrantes, dando ênfase a programas, projetos e ações desenvolvidos por universidades e entidades da sociedade civil, pelo poder público e pelas associações de imigrantes, a convivência em atividades de lazer e cultura.

Nas análises buscou-se dar voz aos imigrantes reproduzindo os diálogos mais significativos. Quando possível, optou-se por deixar as falas no formato original com o mínimo de adaptações possíveis, que só foram incluídas para permitir o entendimento dos leitores.

3.1 Projeto migratório

3.1.1 As razões para emigrar

No grupo dos entrevistados foram levantadas as razões para a emigração e a escolha do Brasil como país de destino. De forma geral, encontraram-se as mesmas alegações observadas em outros estudos sobre o tema (ICMPD, 2012 e OIM, 2013), nos quais questões relacionadas à situação econômica, social ou ambiental, como no caso dos haitianos, foram as mais recorrentes. No entanto, há algumas particularidades segundo o país de origem que se somam a essas justificativas.

Apesar da esperança de encontrar no Brasil uma nova vida com várias oportunidades, quando da chegada é recorrente a descoberta de que o imaginado não é a realidade. Nesse caso – o imaginário favorável –, a atuação dos intermediários é flagrante, como mostram os relatos a seguir, criando expectativas de ganho que têm como objetivo convencer os

candidatos à migração das vantagens de partir e da facilidade de ressarcimento do dinheiro investido.

> *"[...] Antes de pegar o avião, lá no Senegal, achava que o Brasil era um lugar tranquilo, bom para trabalhar, modificar sua vida, tentar evoluir um pouco. Todo mundo pensa isso. Porque fora todo mundo fala que o Brasil é bom economicamente. Tudo que você pega pra ler, fala que é o terceiro, o segundo. Você tem vontade de ir para descobrir o que tem, poder trabalhar, mudar sua vida. Quando eu cheguei no Rio de Janeiro estava muito ansioso. Agora estou no Brasil. Será que vai dar isso?" (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*
>
> *"[...] A maioria que estão aqui no Brasil passou pelo Acre, do Acre passou pelo Equador. Porque a gente também não sabia o caminho, a gente só descobre depois que está embarcado" (Representante da Associação de Senegaleses, Chapecó, SC).*
>
> *"[...] Quando você vai buscar o documento no Senegal, eles não falam a verdade. Eles falam que você chega no Brasil, vai ganhar um salário de R$5.000,00, R$4.000,00[8]. Lá tem bastante trabalho, tem as firmas, em dois, três dias, você vai ter trabalho. E tudo isso é mentira pra mim. No avião você pensa: daqui dois, três meses vou fazer uma casa bonita aqui. Você vai ficar um ano, dois. E não é fácil. A maioria dos senegaleses pensa assim. Eu pensava que quando chegasse no Brasil daria certo, porque o salário seria bom. Que depois de um ano conseguiria montar um negócio, montar uma casa, ajudar bem bom a sua família" (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*
>
> *"[...] A gente pensa que pode crescer mais. A gente está vendo aqui que não vale a pena, a gente está pagando muito dinheiro para chegar ao Brasil, está um astral de que não está legal. Por isso você vai pagar muito dinheiro pra chegar aqui e chegando aqui vai descobrir que o salário é muito pouco e muita gente se arrepende e volta. Não tem muita diferença do salário do Brasil com o de Senegal. Já tem uma redução do movimento porque a gente está descobrindo que o salário é muito pouco, o salário é apenas para sobreviver. Mas o senegalês tem também o jeito de imigrar faz parte da nossa cultura. No Brasil a maioria são todos jovens que não possuem esposa e não têm família, gente que quer ajudar o país porque a imigração também não ajuda. Todo mundo sabe que o Senegal não é um país muito rico, a gente tem para comer pra sobreviver então a gente está buscando uma coisa melhor, uma vida melhor, experiências novas. Estes são os motivos de a gente querer sair do país e também não tem emprego pra todos e paga-se muito mal" (Representante da Associação de Senegaleses, Chapecó, SC).*

No que tange aos senegaleses, há alguns aspectos que chamam a atenção. Estudos realizados no âmbito do projeto MAFE[9] (BAIZÁN, BEAUCHEMIN, GONZÁLES, FERRER, 2013); (BEAUCCHEMIN, CAARLS, MAZZUCATO, 2103) indicam que o fator econômico é ainda preponderante na decisão de emigrar, apesar de esse processo, nos tempos atuais, incorporar também preocupações com a possibilidade de melhorar a formação profissional. Os países mais procurados pelos imigrantes senegaleses estão na África – Costa

[8] Valor equivalente a aproximadamente USD 2.000,00 pelo câmbio da época da entrevista.

[9] Projeto MAFE – Migração entre África e Europa, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED) da França e desenvolvido por um consórcio de universidades europeias e africanas. www.mafeproject.com

do Marfim, Mauritânia, Gabão, Gâmbia – e na Europa. Nesse último destino, os fluxos históricos indicam o maior contingente na França e, em momento mais recente, na Itália, Espanha e Portugal. Outros destinos também assinalados nas pesquisas do projeto MAFE foram os Estados Unidos da América e a Arábia Saudita.

O processo de decisão sobre a migração passa por um conjunto de fatores que envolve o local de residência. Migrantes de famílias nas áreas rurais tendem a ter uma maior participação da família nas decisões de emigrar, enquanto nas áreas urbanas as decisões são sobretudo individuais (BEAUCCHEMIN, CAARLS, MAZZUCATO, 2103). Aspectos étnicos também são componentes importantes na decisão de emigrar, sendo os senegaleses da etnia Wolof mais propensos a buscar outros destinos para viver (BEAUCCHEMIN, CAARLS, MAZZUCATO, 2103).

Mesmo que o processo de decisão de emigrar possa não ter uma participação familiar, observa-se que o sentimento de responsabilidade para com a família é forte e considerado mesmo por aqueles que não contaram com um apoio explícito do seu entorno para fazer o deslocamento.

> *"Minha família tem 13 homens que estão fora do país. E graças a Deus tem alguns que estão conseguindo sustentar nossa casa. E se não fosse isso, se fosse só eu que saí da minha família, eu que tenho que sustentar toda a família. O maior problema que vai acontecer, ele não quer saber. Vai te ligar porque você está fora do país. Ele pensa que você está ganhando dinheiro. Mesmo que você explica, ele não vai conseguir entender bem o que está acontecendo aqui. Mesmo assim você está fazendo tudo pra deixar ele feliz. Se fosse só o único, filho de minha mãe, único tem casa, tem vida boa. Então vou trabalhar pra sustentar só ele. Porque cada um de nós bota isso na cabeça. Nenhum de nós quer ver sua família passando sofrimento, tristeza. Te liga hoje: Aconteceu isso. Algum acidente, tem que fazer cirurgia, está pedindo dinheiro. Você vai fazer qualquer coisa pra conseguir esse dinheiro e mandar pra eles" (Senegalês, Caxias do Sul).*

3.1.2 Avaliação do processo migratório

Apesar de não ser unânime, a visão dos imigrantes em relação ao processo migratório é positiva. Dentre os que indicam restrições, estão aqueles que já pensam na possibilidade da migração de retorno ou na saída para outro país. Para os que entendem como positivo o processo, dentre os motivos apontados se destacam: o encontro com pessoas que os ajudaram a se adaptar ao Brasil; o fato de estarem trabalhando e recebendo salários, ainda que baixos, melhores que em seu país de origem; poderem ajudar a família que ficou e o fato de aprenderem outra cultura. Por outro lado, lamentam o não reconhecimento de seus diplomas,

o que os impede de exercerem atividades compatíveis com suas qualificações. Os relatos a seguir demonstram os sentimentos dos imigrantes senegaleses em relação aos seus projetos migratórios, muitas vezes marcados pelo conformismo com a situação vivenciada no Brasil e pela esperança de dias melhores.

> *"[...] Na verdade, sim. Isso podemos falar. Valeu a pena. Eu me lembro do nome de Vanessa, que já ajudou muito os senegaleses, valeu a pena conhecê-la. Me lembro de Maria do Carmo, também ajudou muito os senegaleses. Esse é o nosso momento humano. Sobre o dinheiro, a gente chega aqui com diploma, como eu, era professor de idioma no Senegal, ainda não consegui dar aula aqui. Fui em várias universidades conversar que eu fui professor, os diplomas estão aqui: inglês, francês, russo. Ainda tem aqueles que dizem: Ah, muito bom! Pega meu celular e fica de ligar depois. Ninguém. E isso você sabe que é racismo, é difícil, mas vale a pena, porque a gente ganha muitas coisas. Ganha conhecimento, relacionamentos"* (Senegalês, Caxias do Sul, RS).

> *"[...] Voltei ontem de viagem, posso dizer que valeu muito a pena. Mesmo que o que a gente esperava não é como a gente achava que era, mas vale a pena. Eu cheguei lá, e muita gente abrindo o olho: Quero ir no Brasil. Vejo uma pessoa lá que ganha R$500,00 por mês e aqui, se ele conseguir, é ótimo pra ele, porque tem que sustentar a família e não tem nada pra fazer. Fica indo pra frente e pra trás. Imagina a gente que está aqui, mesmo que ganhando R$1.000,00 e ajudando a família, pra nós isso aí vale a pena. A nossa cultura é assim: Quando um cara nasce em uma família e consegue ajudar, para comer, para pagar uma luz, ajudar seus irmãos menores para poder estudar, já está bom. Por isso posso dizer pra vocês que vale a pena. É muito bom a gente conseguir alguma coisa"* (Senegalês, Caxias do Sul, RS).

> *"[...] Como eu, morava na universidade, ao mesmo tempo dava aula nas casas, nas escolas privadas. No final do mês, quando estava bom, a gente conseguia ganhar R$1.100,00. Quando está ruim, a gente ganha R$500,00, R$600,00. Aí chega aqui, ganha R$1.400,00, R$1.500,00. Vale a pena porque você está descobrindo mais alguma coisa, está conhecendo mais uma coisa, cultura. Não sei amanhã o que vai dar, mas vale a pena. Até pra ele que diz isso. Se não ganha muito dinheiro, viajou ganhou conhecimento e isso que é importante"* (Senegalês, Caxias do Sul, RS).

3.1.3 A obtenção da documentação no Brasil

A questão da documentação é fundamental para os imigrantes, e a maior ou menor dificuldade em acessá-la pode contribuir para definir o destino migratório.

> *"[...] Eu tenho um irmão na Itália e meu pai está nos Estados Unidos, só eu tem documentação de imigrante. Por essa razão vim pra Brasil" (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*

No trajeto desta pesquisa, diversas foram as situações encontradas, que variavam conforme o país de origem do entrevistado. De forma geral, dois foram os caminhos escolhidos pelos imigrantes para a obtenção do visto ou a autorização de permanência no país.

Um grupo buscou o visto por meio das autoridades consulares do seu país, de forma a obter uma situação de entrada regular no Brasil. Nesse grupo estariam os haitianos, que

contam com a facilidade da concessão do visto humanitário[10]; os ganenses, que utilizaram o visto de turista para chegar ao país durante a realização da Copa do Mundo de 2014; e os sul-africanos e senegaleses, que obtiveram vistos de turista. Salvo os haitianos, todos os outros imigrantes utilizaram a estratégia da solicitação de visto de turista como uma forma de chegar ao país. Uma vez em território nacional, buscaram as autoridades brasileiras e solicitaram refúgio.

O segundo grupo de imigrantes buscou chegar à fronteira com o Brasil e no primeiro contato com as autoridades brasileiras, solicitaram refúgio. Nesse conjunto estão também haitianos que passam por dificuldades para conseguir o visto no Consulado brasileiro em Porto Príncipe, como descrito na fala a seguir.

> *"[...] O visto não é fácil pra conseguir. Eu não sei como conseguir. Eu saí e deixei minha mulher com uma criança que tem três meses e agora eu tenho uma de sete meses aqui. Eu queria conseguir um visto para a mulher para ela vir aqui. Tem uns seis meses que um amigo meu tenta falar com a embaixada para mandar um visto para a mulher dele e para os filhos. Porque tem pessoas que não pode viver com a distância de uma criança e da mulher também. E ele não conseguiu. E tá difícil para ele aqui e para a mulher dele lá. O melhor é fazer planos, e a mulher vem depois com as crianças. Tá difícil porque a pessoa que está ali, só pensa na pessoa que está fora, porque a pessoa que está fora,é um a menos pra comer. O presidente que está lá, ele tem muito problema também, ele conseguiu um pouco de dinheiro lá fora, tá fazendo o que ele pode"* (Haitiano, Forquilhinha, SC).

No caso dos imigrantes das outras nacionalidades, a chegada pela fronteira terrestre é, possivelmente, a forma mais segura de se obter a documentação, mesmo que provisória, uma vez que a possibilidade de acesso ao visto humanitário nas repartições consulares está restrita aos haitianos. Tal fato poderia indicar um processo de banalização do instrumento de refúgio para fins outros que os definidos quando da sua criação. Mesmo que o imigrante obtenha o registro da sua solicitação de refúgio e a emissão do protocolo, também conhecido como Carteira Provisória de Estrangeiro[11], ele ainda deverá aguardar uma resposta sobre o deferimento da sua solicitação de refúgio, o que pode tardar vários meses. No primeiro semestre de 2015, mais de 36.000 solicitações de refúgio aguardavam um parecer do Conare. Nesse grupo, aproximadamente 34.000 eram solicitações apresentadas por haitianos.

Salvo em casos excepcionais, nos quais é possível comprovar a real necessidade da concessão do refúgio, a maior parte das solicitações é recusada pelo Ministério da Justiça. Em situações especiais, como no caso dos haitianos, após avaliação do Conare, os processos

[10] A Resolução Normativa nº 97, de 2012, dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.
[11] O prazo de validade do protocolo de solicitação de refúgio era de seis meses, mas em 2014 foi ampliado para um ano.

podem ser encaminhados ao Conselho Nacional de Imigração. Este, por sua vez, analisa as solicitações dos imigrantes[12], podendo conceder a autorização de permanência do estrangeiro no país sob o amparo da Resolução Normativa nª 27[13]. Uma vez concedida a autorização de residência e feita sua publicação no Diário Oficial, o imigrante poderá agendar com a Polícia Federal o atendimento para registro e obtenção da carteira de estrangeiro.

Obtido o registro, abre-se a possibilidade de o estrangeiro, se assim o desejar, solicitar à autoridade consular do seu país de origem a emissão de visto de reunião familiar para a vinda ao Brasil de seus familiares.

3.1.4 O trajeto

Não há um trajeto único que possa ser indicado como o caminho mais utilizado pelos imigrantes. No entanto, é possível apontar algumas estratégias que seriam comuns, mesmo que com a utilização de rotas diversas.

No caso dos haitianos, diversos autores (SILVA, 2013, CONTINGUIBA, PIMENTEL, 2012; FERNANDES, MILESI, FARIAS, 2013; OIM, 2014) já indicaram as alternativas possíveis e apontaram os caminhos que esses imigrantes utilizam, discutindo inclusive os riscos a que são submetidos. Grosso modo, podem ser destacadas duas formas de entrada no Brasil. A primeira seria com a obtenção do visto humanitário, previsto na Resolução Normativa nº 97, nas representações diplomáticas do Brasil em Porto Príncipe ou nos países por onde os imigrantes passam no trajeto. Outra alternativa é o caminho que combina trajeto aéreo, Haiti – Equador[14], e terrestre, Equador – Brasil, passando pelo Peru e chegando à fronteira Norte. Nesse trajeto, observa-se a presença de intermediários que contribuem para a ampliação das vulnerabilidades a que são submetidos os imigrantes.

Em se tratando dos imigrantes de outras nacionalidades, as situações são semelhantes no que tange à chegada à fronteira do Brasil, mas com algumas particularidades.

Entre os senegaleses, na maioria dos casos, a migração acontece em período recente, após 2010, e há ativa participação de intermediários que montam redes de contrabando de

---

[12] Resolução Recomendada nª 8, de 2006 – dispõe sobre pedidos de refúgio apresentados ao Comitê Nacional para os Refugiados – Conare que, a critério deste, possam ser analisados pelo Conselho Nacional de Imigração – CNIg como situações especiais.

[13] Resolução Normativa n° 27, de 1998 – disciplina a avaliação de situações especiais e de casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.

[14] Até janeiro de 2012 o trajeto aéreo incluía a possibilidade de chegada ao Peru, pois não havia necessidade de visto para a entrada de haitianos no país.

imigrantes[15]. O trajeto do Senegal ao Brasil passa por países europeus, chegando ao Equador. De lá, por via terrestre, chega-se à fronteira Norte brasileira. Há também a possibilidade de solicitação de visto de turista no consulado brasileiro em Dacar, mas nem todos conseguem essa autorização, o que, invariavelmente, leva o imigrante a procurar as redes de contrabando.

No caso dos ganeses, a estratégia utilizada pelos imigrantes entrevistados foi um pouco diversa, pois, aproveitando-se da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, solicitaram visto de turista para assistir às partidas de futebol[16] e, ao final do evento, permaneceram no país.

Os trajetos utilizados pelos entrevistados para chegar ao Brasil variam segundo o país de origem, mas também dependem da situação migratória. No caso daqueles que têm um visto concedido pela autoridade consular brasileira no seu país de origem, o trajeto acontece de forma direta, quando muito com alguma escala quando não há voo direto para o Brasil.

Para aqueles que têm como objetivo a solicitação do refúgio, o trajeto pode tomar vários dias e expor o imigrante a situações de extrema vulnerabilidade. Nesse conjunto, destaca-se o caso dos haitianos que saem de Porto Príncipe ou da República Dominicana e se dirigem ao Equador e ao Peru por via aérea e depois seguem por via terrestre até a fronteira do Brasil. O mapa a seguir ilustra esse trajeto.

[15] http://www.policiaecuador.gob.ec/operativo-ilusiones-desarticula-banda-delictiva-dedicada-a-la-trata-de-personas/

[16] A Lei 12.663, de 5 de junho de 2012 (“Lei da Copa”), garantia a emissão de visto aos portadores de ingresso para os jogos da Copa de 2014.

Figura 3- Principais rotas migratórias dos haitianos para o Brasil.

No caso dos imigrantes entrevistados que vieram de países africanos, o trajeto segue o mesmo percurso dos haitianos após a chegada ao Equador. Na maioria dos casos, a ligação com a cidade de Quito é feita via Espanha pelo aeroporto de Madri.

Ao se entrevistar os senegaleses que entraram pela fronteira Norte, houve relatos da utilização de redes de contrabando de imigrantes para se chegar até a fronteira com o Brasil. Apesar do preço elevado[17], que segundo alguns relatos podia chegar a R$ 15.000,00, há a

[17] Entrevista realizada em janeiro de 2015. Naquele momento a taxa de câmbio do dólar era de R$ 2,6.

garantia da chegada à fronteira e o tempo médio despendido não ultrapassava uma semana desde a saída do Senegal.

> *"[...] No Senegal nós pagamos R$ 15.000,00 para tudo. Sair do Senegal, passar por Madri e chegar a Equador. No Equador fomos de carro até a fronteira com Brasil. Não tivemos problema...". (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*

No caso dos imigrantes ganeses surgiram na imprensa local denúncias que reportavam problemas no apoio do governo à participação do país na Copa de 2014. Conforme relatório do governo de Gana após a Copa[18], houve aporte financeiro oficial para facilitar a vinda de torcedores. Os relatos dos entrevistados indicavam que parte dos beneficiados com bilhete aéreo fornecido pelo governo negociavam a venda para terceiros que teriam interesse de fazer o trajeto migratório para o Brasil. O preço de todo o "pacote", incluindo o ingresso para a Copa do Mundo, variava de USD 3.000 a USD 5.000,00.

3.2 Inserção laboral

Tanto em momento recente quanto no passado, o maior estímulo para a migração em direção ao Brasil estava e ainda hoje está relacionado ao trabalho (ICMPD, 2013, SILVA, 2013, BAENINGER, 2013). A busca por uma ocupação, se possível no mercado formal, torna-se o objetivo primordial do imigrante quando chega ao local de destino. No caso dos entrevistados no processo de levantamento de dados desta pesquisa, a questão foi a que mais suscitou comentários que ora mencionavam dificuldades na inserção no mercado laboral, ora indicavam histórias de sucesso e também de realização pessoal. A seguir serão apresentadas, de forma resumida, as impressões que foram coletadas com os imigrantes, com as entidades que os apoiam, com as autoridades governamentais e com os empresários que os contratam.

3.2.1 Relato da situação do imigrante

Desde 2010, o governo brasileiro vem adotando a sistemática de regularizar a situação laboral da maioria dos imigrantes que chegam ao país. Essa política visa a atender principalmente àqueles que demandam refúgio quando do contato com as autoridades

[18] White paper on the report of the commission of inquiry into matters relating to the participation of the black stars team in the world cup tournament in Brazil 2014 (http://www.presidency.gov.gh/sites/default/files/photos/whitepaperworldcup.pdf)

migratórias, não só os que já estão no país como aqueles que estão em processo de entrada em território nacional.

O procedimento, com ligeira diferença, é basicamente o mesmo: ao chegar à fronteira, por exemplo, o imigrante faz saber à autoridade migratória o seu desejo de solicitar refúgio no país. A demanda de refúgio é registrada e um protocolo desse atendimento é emitido. Esse documento, considerado como documento provisório de identidade de estrangeiro, tem validade de um ano, podendo ser renovado. O protocolo permite ao demandante de refúgio o acesso à Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e ao CPF (RN nº 18/2014 – Conare).

Buscando facilitar o acesso dos imigrantes à CTPS, o Ministério do Trabalho ampliou o atendimento aos estrangeiros, permitindo a emissão da carteira não só nas sedes da superintendência, mas também nas gerências e nas agências regionais de trabalho (Portaria nº 04/2015), e posteriormente permitiu que o documento fosse emitido por outros órgãos da administração pública (Portaria nº 699/2015).

Todo esse esforço teve como objetivo ampliar a inserção laboral dos imigrantes, facilitando o acesso à documentação e corrigindo distorções que aconteciam principalmente na cidade de São Paulo, local de maior afluxo de demandantes de refúgio de nacionalidade haitiana e senegalesa. No entanto, mesmo com o esforço conjugado de vários órgãos, a situação laboral dos imigrantes nas regiões pesquisadas é precária e demanda maior atenção das autoridades.

As dificuldades para a inserção no mercado de trabalho são de toda ordem, por exemplo, no que se refere à questão da certificação da qualificação profissional. Em certos países não há uma certificação formal ou um curso técnico, mas alguns imigrantes têm conhecimentos práticos de natureza técnica que são aproveitados pelas empresas.

> *"[...] Muitas empresas têm admitido muitos senegaleses soldadores. Aqueles que "colocam" a função soldador, tenho encaminhado para essa empresa. E essa empresa tem solicitado muito, tem dado a vaga mesmo sem apresentarem certificado. Fazem os testes, entendem da profissão. As empresas têm dado oportunidade" (CAM, Caxias do Sul, RS).*

> *"[...] Aqui eu sou contratado como um iletrado, pois não consigo falar português. Tenho um certificado de técnico em eletricidade e trabalhei sete anos no meu país. Aqui vou ter de passar por um centro de capacitação para ter um certificado em uma atividade na qual trabalhei "tous travaux" por sete anos" (Malinês, São Paulo, SP).*

A preocupação de obter uma maior remuneração leva alguns imigrantes a assumirem duplas jornadas de trabalho – combinando atividades no setor formal e informal –, que podem prejudicar a manutenção do emprego. Importante salientar que tal comportamento, assumir jornadas múltiplas de trabalho, é uma característica de imigrantes, inclusive de brasileiros residentes no exterior, que têm como principal projeto obter maior volume de recursos financeiros (SIQUEIRA, 2009; ANÍSIO, 2011).

> *"[...] O emprego informal "normalmente" é o segundo trabalho deles. Trabalha de noite e vende de dia. Em algumas empresas a produção caiu e eles foram mandados embora. Na época da Copa tinha um que de noite fazia curso de auxiliar administrativo e de dia ele vende". (CAM, Caxias do Sul, RS).*

Alguns dos entrevistados fizeram opção por trocar o setor formal pelo informal, pois assim obtinham maiores ganhos financeiros. No entanto, essa opção de ocupação pode levar a algumas dificuldades, principalmente quando há necessidade de comprovação da origem da renda, como no momento de realizar remessas.

> *"[...] Mandamos um dinheiro para o Senegal pelo Bradesco, e agora vem falar, não pode mandar maior que seu salário. Eu fui lá e conversei com algumas delas, e eles falaram que tem senegalês que manda R$5.000,00 até R$10.000,00 por mês. Daí o salário não é igual e eles têm dúvida. Se eu mandar R$10.000,00 pra fora, imediatamente a Receita Federal é acionada, ela vai me procurar pra saber de onde eu tirei esse dinheiro. Acho que o máximo agora é R$2.000,00. Mas eu que não trabalho, não tenho carteira assinada, não posso mandar agora. Tenho, mas ele não quis mandar tem que mostrar o motivo do dinheiro" (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*

De modo geral, os empresários estão satisfeitos com o trabalho dos imigrantes, sendo que alguns destes conseguem se inserir em setores que muitas vezes não são abertos a todos os brasileiros, como na área de hotelaria. As vantagens dos imigrantes, principalmente africanos, é o de ter trabalhado em outros países e em atividades de interesse de setores específicos.

> *"[...] Quando veio o hotel XX pra cá, quando fomos visitar fomos entender melhor, é um hotel muito grande em Gramado, de uma grande rede do país. O gestor veio e disse que queria pessoas com experiência na área. Muitos ganeses já tinham passado por outros países, já tinham experiência em outros países. Alguns trabalharam em um hotel na Europa, e conseguiram a vaga. Fomos visitá-los e eu tive a informação de outros empresários que falaram deles, que estão encantados com o trabalho. Que gestor de outro hotel veio e disse: vim aqui comprar uma briga. Agora outros hotéis estão procurando saber onde foram buscar esses profissionais, que são extremamente educados, muitos deles falam muitas línguas. Tem um que fala coreano, árabe, italiano, espanhol. Falam várias línguas" (CAM, Caxias do Sul, RS).*

Se, para alguns, a situação de imigrante facilita a sua inserção no mercado de trabalho, para outros, na realidade a maioria, a situação é de extrema dificuldade, ainda mais acentuada pela falta de reconhecimento de suas qualificações profissionais. Tal ponto é considerado pelas autoridades e representantes de organizações sociais que foram entrevistados como um dos mais vulneráveis para a inserção laboral dos imigrantes, o que os direciona para atividades secundárias, caracterizadas, segundo Piore (1979), por exigirem baixa qualificação e oferecerem baixa remuneração.

> *"[...] Das senegalesas que eu atendi, tem uma que era enfermeira, uma que era secretária, contabilidade, era um bom trabalho, mas que aqui não vão conseguir a princípio porque não falam português. Com o tempo podem conseguir, mas em um primeiro momento, não vai conseguir trabalhar em um escritório. Então acabam indo para auxiliar de limpeza, frigorífico, muitas cabeleireiras, em restaurante. Sempre orientamos que eles vão trabalhando com outra coisa para depois fazer um curso profissionalizante na área, PRONATEC, por exemplo. Marceneiro, motorista também não conseguem" (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).*

Há ainda situações de discriminação contra o trabalhador imigrante que acontecem, segundo eles, de forma sistemática, mas que também são relatadas pelas entidades que acompanham ou mesmo que intermediam os contatos entre os imigrantes e os seus empregadores.

> *"[...] alguns falam que na empresa, o trabalho mais pesado é sempre deles. Se eles são pedreiros e está chovendo, quem tem que ficar lá fora sempre são eles. E que não valorizam seu conhecimento, mesmo depois que aprendem português". (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).*

> *"[...] Eles tiveram dificuldades com a questão do salário, o patrão combinou tanto, e quando eles foram receber era tanto. Eles não conseguem entender a questão dos descontos do contracheque, aí as esposas ficam desconfiando dos maridos achando que eles estão gastando com mulheres". (Representante da Cáritas, Criciúma, SC).*

> *"[...] Esse é outro fato que acontece aqui. Os serviços que temos aqui considerados pelos imigrantes mais penosos são mais direcionados a eles, por exemplo, não sei se vocês conhecem os procedimentos das agroindústrias de "pendura"[19]. Mas também tem, às vezes, trabalhos mais penosos que a "pendura" (Presidente de Sindicato, Chapecó, SC).*

Algumas dessas denúncias estão em processo de apuração pelo Ministério Público do Trabalho de Chapecó, e as reclamações mais frequentes envolvem o relacionamento com as empresas e dizem respeito à prática, como a demissão de trabalhadores feita informalmente e registrada pelo empregador como demissão voluntária, e a não apresentação do contrato de

[19] Pendura é o processo de colocação das aves nos ganchos da linha de abate.

trabalho em um idioma de entendimento do trabalhador, o que contribui para gerar desentendimentos no momento do acerto de contas entre ele e a empresa.

> *"[...] Temos também empresas que se aproveitam dos imigrantes, a gente vai assinar um contrato sem saber o que está escrito e o que significa. A gente assina sem saber o que está assinando e assim muitas empresas estão se aproveitando disso, a ignorância dos imigrantes, para pagar muito pouco com relação aos brasileiros. A empresa pode fazer também um desligamento sem motivo" (Representante da Associação de Senegaleses, Chapecó, SC).*

> *"[...] Ainda sobre a inclusão laboral, nós não falamos sobre a exploração, dos casos de violação das leis trabalhistas, dos acertos e acordos que não... Eles vêm aqui com muitas dúvidas. Teve um episódio de um que trabalhou seis meses com carteira assinada e tudo e não pagaram nada, direito nenhum. Tem que ter um advogado voluntário, a gente acaba encaminhando pra lá. Nessa semana a gente atendeu um que não tinha recebido a 2ª parcela do 13º, houve férias coletivas e a empresa não agiu dentro das normas trabalhistas. Eles acabam sendo prejudicados e recorrem aqui. Outro ficou uns dias em casa, estava cansado, mas na concepção dele não sabia que tinha que avisar a empresa. Algumas empresas faltam dar esse olhar diferenciado nesse sentido pra eles, de como são as normas da empresa em relação aos horários, férias, 13º e essas questões trabalhistas, pra que eles possam entender. Quando eles chegaram, eles pensavam que além de um bom salário, a empresa daria casa, água, luz. Tem empresas que têm um alojamento, mas não são obrigadas. Tem umas ofertas absurdas que a gente nem repassa, como querer uma mulher pra ficar em casa, pagando menos que um salário mínimo, sem carteira assinada, como se fosse mercadoria. No seminário, vinham algumas empresas e falavam: Vim buscar "tantos" (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).*

No curso das diversas entrevistas com os imigrantes, o ponto mais frequente foi o da baixa remuneração e os problemas decorrentes disso, a que se soma o pouco conhecimento da legislação trabalhista brasileira, particularmente no que se refere aos descontos incluídos no contracheque.

> *"[...] A gente tenta até entender, eles não querem mais trabalhar na empresa x, aí eles vão lá e pedem demissão, aí quando está tudo assinado eles questionam porque só receberam um pouco. Então nós começamos a explicar que era porque ele havia pedido demissão, e está sujeito a isso, aquilo e tal, mas mesmo assim eles não entendem. Então são duas coisas, ou eles dizem que não querem mais trabalhar lá, e não vão ou eles pedem demissão. [...]. Porque quando você pede demissão tem a questão do aviso prévio e eles não entendem isso, e então se eles não cumprem o aviso, a empresa desconta. E aí quando vão receber não tem nada, então eles ficam desesperados e vão até a gente. Então nós começamos a explicar e eles não entendem. Daí a gente manda essa bomba lá pro Ministério do Trabalho para eles explicarem certinho. Essa dificuldade que a gente está tendo deles entenderem o que é tudo, o aviso prévio, desconto, férias, décimo terceiro, o que tem direito e o que não tem" (Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criciúma, SC).*

Considerando as despesas que os imigrantes têm de enfrentar na sua vivência no Brasil e as obrigações familiares e dívidas no país de origem, a remuneração recebida não permite uma vida digna no país, segundo os depoimentos.

> *"[...] Muitos dos que trabalham não são muitos que recebem mais do que R$1.000,00, se não fizer hora extra, alguma coisa assim. De repente recebe R$800,00, R$900,00. Na verdade, o que a gente recebe aqui, nenhuma casa consegui gastar tudo isso. Você ganha R$1.000,00, manda R$500,00 e os outros R$500,00 consegue se sustentar. Imagina que com esses R$500,00 que sobrou tem que pagar aluguel, fazer comida e algumas coisas daqui a pouco" (Haitiano, São Paulo, SP).*
>
> *"[...] Depois de 1, 2 meses, tu recebe R$800,00, R$1.000,00. O que é isso? Mandou lá, sobrou 300,00 pra viver, pra sobreviver. Mas a gente se adapta. Com o tempo a gente conhece. Está aprendendo cultura brasileira. Amiga Maria está ajudando muito. Agora os dois que fizeram o curso está crescendo o salário deles". (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*
>
> *"[...] com o salário de R$ 900,00 fica difícil encontrar uma casa e também colocar alguma coisa dentro, como uma cama. Não há como viver com o salário" (Congolês. São Paulo, SP).*

3.2.2 Autoridades governamentais e organizações sociais

O processo de levantamento de informações incorporou como atores-chave as autoridades locais, representantes de órgãos federais nas cidades visitadas e representantes de ONGs que atendem aos imigrantes.

Em se tratando de questões relacionadas ao trabalho, na maioria dos municípios as autoridades locais estavam bem sensibilizadas com relação aos problemas dos imigrantes. No caso de São Paulo, por exemplo, o Centro de Atendimento ao Trabalhador – CAT recebe os imigrantes em estrutura especialmente preparada para atendê-los e faz a emissão das carteiras de trabalho para os estrangeiros seguindo as normas do Ministério do Trabalho, o que, em um primeiro momento, era facultado somente aos haitianos. Ainda, tratando de estruturas governamentais, o Sine de Chapecó, ligado ao governo estadual, além do atendimento aos imigrantes no que tange aos encaminhamentos às empresas, reserva um dia por semana no serviço de atendimento psicossocial para o atendimento a imigrantes, buscando assim oferecer um acompanhamento mais próximo e direto ao trabalhador estrangeiro.

Em relação às representações de órgãos da administração federal, principalmente o Ministério do Trabalho, há uma postura ambígua das gerências regionais, que são as responsáveis únicas pela emissão da carteira de trabalho para os estrangeiros, quando não há um serviço prestado por outro órgão da administração pública. Enquanto em algumas se observa uma nítida postura favorável ao imigrante, buscando proporcionar um atendimento rápido e trabalhar em sintonia com outros órgãos da administração pública e ONGs, em outras a visão não é favorável aos estrangeiros. Nesses casos, ele é percebido pelos responsáveis do

órgão como um concorrente à mão de obra local no mercado de trabalho. Nessa mesma localidade, denúncias já registradas no Ministério Público do Trabalho relatando flagrantes desrespeitos à legislação trabalhista no momento da entrevista não haviam sido captadas pelo serviço de fiscalização do trabalho do Ministério do Trabalho. Essas diferenças de postura assinalam a necessidade de sensibilização dos responsáveis dos órgãos para a importância da incorporação da mão de obra imigrante no mercado de trabalho local e para a sua vulnerabilidade nesse processo de inserção.

As organizações não governamentais que tratam do atendimento aos imigrantes buscam, na medida do possível, auxiliar na sua inserção laboral. Nos levantamentos foi possível observar situações diversas conforme a localidade pesquisada. Naquelas onde há maior cooperação entre as diversas entidades locais, o trabalho dessas organizações é mais eficaz, em outras, onde as instituições não conseguem avançar na construção de rede com as entidades públicas, o trabalho fica restrito a algumas atividades. Foram encontradas ONGs com estruturas mais avançadas do que aquela disponibilizada pelo poder público, como no caso da Missão Paz, de São Paulo, mas também situações nas quais a instituição só tinha condições de auxiliar na obtenção da documentação necessária para a inserção no mercado de trabalho e a contratações aconteciam por meio de redes sociais ou de contatos pessoais dos técnicos da organização.

No caso da Missão Paz, há toda uma metodologia preparada para se fazer a intermediação entre trabalhadores e empresários, como relatado no Anexo I. Esse processo, que foi construído contando com a participação de imigrantes, chegou mesmo a definir um "salário mínimo"[20] que deveria ser o piso a se considerar nas conversas entre imigrante e empresário interessado na sua contratação. Como a Missão Paz tem uma ampla estrutura de acolhimento, que envolve não só o apoio a questões do trabalho, mas também o abrigamento e o auxílio a diversas demandas de imigrantes, a criação do serviço de mediação da inserção no mercado de trabalho, eixo trabalho, foi um desdobramento natural dessas atividades, e passou a ser incorporado aos serviços prestados pela entidade em São Paulo, espelhando o leque de atividades da ordem dos padres scalabrinianos em outras partes do mundo.

Como alternativas aos problemas percebidos, as autoridades locais e representantes de organizações sociais apresentaram algumas propostas de ação ao governo para combater parte dos obstáculos à inserção laboral dos imigrantes, com destaque para a intensificação das fiscalizações trabalhistas em empresas que empregam muitos imigrantes, a tradução de

[20] Em abril de 2015 o "salário mínimo" estipulado pelos imigrantes era de R$ 1.100,00.

documentos e procedimentos trabalhistas, assim como a disponibilização de cursos de português para estrangeiros nas regiões que contam com grande quantidade de imigrantes.

> *"[...] Talvez alguma coisa, ou um rigor maior por parte do governo em relação a quem emprega, porque aí salvaguarda a questão da exploração, o fato deles dizerem que trabalham de cabeça baixa, tudo isso é uma imagem de explorado, de dominação, isso tudo é muito triste. Então eu acho que tem que ter um rigor um pouco maior por parte do empregador. A gente precisa ter um ambiente que faça um pouco essa triagem de pessoas para o trabalho, o que eu acho que Caxias já tem. Não sei se é só a casa de passagem, também não sei se ele teria que ficar ligado somente a um órgão público que faz um pouco essa checagem de gente que chega. Por exemplo, um campo de trabalho dos frigoríficos, está um pouco fora da realidade física deles. Eu lembro que a maioria deles aqui no inverno estava se estreitando de frio e eu fico imaginando eles em um frigorífico. A gente entra em um supermercado e quase morre de frio perto dos congelados, e agora imagina pra eles que vivem em países quentes. Eu acho que a gente deveria ter um espaço ou um órgão que ficasse responsável por isso no município, que olhasse de onde ele vem pra encaminhar" (Representante da Cáritas, Criciúma, SC).*

> *"[...] O desenvolvimento de um projeto que dê uma nivelada na acessibilidade da comunicação, seja para eles o português, seja para os atendentes outra língua que também possa facilitar a comunicação. Com o francês nós podemos chegar mais próximo de mais grupos" (Representante do Centro de Referência dos Direitos Humanos, Chapecó, SC).*

As falas das autoridades locais e de representantes de organizações sociais no que concerne à inserção laboral dos imigrantes demonstraram de forma geral, mais desafios do que oportunidades. Os desafios indicam caminhos de ação para as autoridades públicas e agentes sociais no sentido de eliminar as vulnerabilidades, de fortalecer a inserção e de garantir a manutenção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Nesse contexto, o aproveitamento dos diferenciais positivos oferecidos pelos imigrantes e mencionados pelos entrevistados se transforma em elementos-chave para uma inserção efetiva dos imigrantes no mercado de trabalho.

3.2.3. Diálogos com empresas

Durante o processo de levantamento de dados, procurou-se ouvir também os empresários ou seus representantes que contratavam os imigrantes internacionais. Algumas empresas não quiseram conceder entrevistas e outras, mesmo concordando em conversar sobre a contratação de imigrantes, pediram para que a entrevista não fosse gravada. Buscou-se diversificar o ramo de atividades das empresas contatadas, de forma a permitir uma visão mais ampla da situação laboral dos imigrantes. Foram entrevistados representantes do RH de

dois frigoríficos, de uma empresa do ramo da construção civil, de uma indústria metálica, de uma agroindústria de hortaliças e de uma empresa alimentícia. Quatro empresas são da região Sul e duas da região Sudeste.

O número de estrangeiros contratados não é elevado, variando de 2% a 18% do número total de trabalhadores das empresas. Algumas estão em plena expansão e com grande oferta de postos de trabalho que não são preenchidos por brasileiros ou mesmo estrangeiros, o que acontece no setor da agroindústria alimentícia. No setor da construção civil, que, no momento da pesquisa, já vivia um ciclo de retração, o número de contratações acontece em ritmo mais lento, chegando, em alguns momentos, a ter maior número de demissões.

Tabela 2 – Número de trabalhadores e imigrantes nas empresas.

Empresa	**Nº de trabalhadores**	**Nº de imigrantes**
A (agroindústria - RS)	900	156
B (agroindústria - SC)	5000	500
C (comércio de alimentos - SP)	210	12
D (construção - SC)	800	10
E (indústria metalúrgica - RS)	75	3
F (agroindústria - RJ)	820	49

A razão para a contratação dos imigrantes é praticamente a mesma para todas as empresas e se resume à necessidade de preencher vagas existentes. Os empresários viram nesse grupo a oportunidade de atender a demanda crescente por mão de obra.

> *"[...] Como a cidade começou a receber vários imigrantes e a gente tinha uma carência de mão de obra a gente acabou recrutando, ou às vezes eles mesmos procuravam a empresa e a gente avaliava a situação deles e focava nas pessoas que estavam regulares. Então aproveitamos a mão de obra deles nos canteiros de obra, alguns vieram pra cá com faculdade mas na verdade eles vieram para trabalhar no serviço pesado, braçal e alguns estão na empresa até hoje. A gente chegou ao auge de ter 19 imigrantes" (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).*

> *"[...] Em um primeiro momento eles apareceram, a gente não foi atrás. Começaram a vir. Foram chegando na região e foram vindo. Como nosso ramo ainda tem uma rotatividade bastante alta, a gente pegou como mão de obra normal. E muitas vezes entram naquela dúvida: falta de mão de obra brasileira. Não é falta de mão de obra*

> *brasileira, eles apareceram aqui e a gente foi contratando. Foi contratando e estão aí. A gente acaba tendo uma rotatividade maior. E nós, por estarmos em uma região que tem uma maior oportunidade de emprego, então o pessoal está aqui, aparece uma oportunidade melhor em outro lugar, eles vão e a gente vai tendo vaga. A gente sempre tem vagas em aberto. [...] Fazemos abate Halal. Os primeiros estrangeiros vieram inclusive para o abate Halal, que era um que tem que ser de religião muçulmana. Mas esses vieram especificamente para uma determinada área de trabalho" (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS).*

> *"[...] Foi no começo do ano passado a mão de obra aqui estava complicada e aí a gente resolveu ir atrás dos imigrantes, porque eu fiquei sabendo que tinha muita gente aqui procurando trabalho, eu até falei com o diretor da empresa, ele faz parte do sindicato dos metalúrgicos, aí eu consegui alguns contatos de um pessoal que ajudam eles, a gente viu que eles tinham bastante qualificação" (Representante de empresa metalúrgica, Caxias do Sul, RS).*

Em termos da nacionalidade dos imigrantes contratados, a predominância era de haitianos, mas, na maioria dos casos, foi assinalada a presença de pessoas de outras nacionalidades, principalmente naqueles ramos de negócio que deveriam atender a alguma exigência de ordem religiosa, como o abate "*halal*".

> *"[...] A maioria deles são haitianos. Já tivemos portugueses e outros imigrantes do Congo, africanos, europeus, e agora veio aquela leva de haitianos pra cá e a gente acabou contratando alguns, só que quando contratamos eles, eles já estavam legais no país, então não fizemos o trabalho de recrutamento lá no Acre" (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).*

> *"[...] Haitianos e os sangradores que são de Bangladesh. Senegal, Bangladesh e Haiti. Mas em ordem de quantidade, é haitiano em primeiro lugar, é mais que 50% eu acho que uns 60 a 70% de haitianos" (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS)*

> *"[...] Eles são do Senegal. Na realidade o diretor da empresa preferiu contratar senegaleses. Na realidade foi porque ele tem contato com outros diretores de outras empresas e eles falaram bem do trabalho realizado pelos senegaleses" (Representante de empresa metalúrgica, Caxias do Sul, RS).*

A contratação dos imigrantes não segue a mesma forma em todas as empresas. A rede social dos imigrantes pode contribuir nas contratações via indicações fornecidas por estrangeiros que já trabalham na firma. Foi possível detectar a percepção da chegada dos imigrantes na comunidade, que é precedida pelas informações veiculadas pela mídia indicando a presença dos imigrantes tanto na comunidade como em locais fora dos estados, o que gera um movimento de busca por mão de obra. Em dois casos, a empresa chegou a enviar representantes ao Acre para contratar trabalhadores no abrigo de Brasiléia e, em um segundo momento, foi buscar os imigrantes em São Paulo, ofertas de vagas essas intermediadas pela Missão Paz. Uma vez realizadas as primeiras contratações, o fluxo de imigrantes se amplia em direção aos locais com maior oferta de emprego, reduzindo assim os custos das empresas na captação da mão de obra.

Importante notar que o Sine nem sempre foi uma opção utilizada pelos empresários para a contratação de trabalhadores.

> *"[...] Eu no começo, em 2012, o nosso quadro de vagas era grande e eu cheguei a estudar a hipótese de ir buscar eles no Acre, só que quando eu percebi que a cidade estava cheia de imigrantes buscando emprego daí eu desisti de ir. Então a única coisa que fizemos foi ir à Polícia Federal, porque muitos estavam procurando ela para se regularizarem aqui" (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).*

> *"[...] Via SINE veio muito pouco. O que acontece? Vem uma pessoa, a gente contrata. Ele já traz um amigo. É meio que indicação. A gente fomenta, como nós sempre temos alguma vaga, a gente fomenta, que se alguém tiver amigos, pessoas que são comprometidas, que querem trabalhar sério, a gente convida pra estar com a gente, mas a pessoa não tem nenhuma responsabilidade [...] A gente já fez uma vez porque abriu um turno novo. Aí eu tive que contratar 400 pessoas em dois meses, um mês. Operação de guerra. Aí vai carro de som, prêmio pra quem indica e a pessoa fica, mas aí é uma situação pontual. Normalmente não. [...] Normalmente vem alguém por indicação, trabalhamos com o SINEs, a gente sempre tem vaga aberta no SINE, mas não vem tanto pelo SINE, é mais indicação" (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS).*

> *"[...] Através de uma associação que tem aqui em Caxias do Sul. E também tem o CAM, não sei se você já ouviu falar, é um Centro de Atendimento ao Migrante. Esta associação sempre manda currículo para a gente" (Representante de empresa metalúrgica, Caxias do Sul, RS).*

Os representantes das indústrias que foram entrevistados, de maneira geral, revelaram que estavam satisfeitos com a contratação dos trabalhadores imigrantes. Alguns até sinalizaram que há uma postura muito positiva deles em relação ao trabalho.

> *"[...] Tem um rapaz que trabalha na cozinha o horário deles era 09h00min da manhã, mas eles chegaram às 07h00min e já começavam a trabalhar e não marcavam hora nem nada. Aí quando a gente questionava eles diziam que estavam lá para trabalhar. Foi difícil convencê-los a entrar às 09h00min. Eles estão sempre prontos e com eles não tem falta de serviço" (Comércio de alimentos - São Paulo, SP).*

> *"[...] E aí a gente veio fazer uma experiência com o primeiro grupo dos refugiados e a gente teve uma grande surpresa, nem a gente esperava que fosse ser do jeito que está sendo – eles além de trabalharem muito bem, eles são muito comprometidos e agradecidos. Eles têm um carinho muito grande pela empresa, eles são agradecidos, eles entendem que eles têm que trabalhar direto pra compensar a oportunidade que a gente dá pra eles de trabalho, essa é a visão que eu tenho dessas pessoas que estão com a gente lá" (Agroindústria, Teresópolis, RJ).*

Quando perguntados sobre os problemas que encontraram no momento da contratação desses imigrantes, não há uma resposta única, mas é possível perceber que as respostas estavam mais relacionadas com o tipo de atividade desenvolvida, que exige menor ou maior

disciplina. Outra situação muito relatada diz respeito ao "choque cultural" em relação às normas de higiene e à legislação trabalhista brasileira. Um ponto considerado sensível pelos entrevistados foram as desavenças que aconteciam entre os imigrantes de nacionalidades diferentes ou mesmo entre pessoas de uma mesma nacionalidade.

> *"[...] No começo a gente teve que administrar bastante conflitos, as vezes entre eles mesmos eles brigavam. Tivemos uma situação em que, cada um deles pagava o aluguel, e um deles trouxe a esposa, e eles começaram a falar que ele teria que pagar a cota dela também. Então aí a gente tinha que entrar e administrar esses conflitos" (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).*

> *"[...] Agora eu vejo que já reduziu. Não sei se é porque já estão a mais tempo no Brasil, mas os primeiros foram muito difícil a cultura. Em questão de higiene, até que em um primeiro momento tivemos um trabalho muito forte com a assistência social, pra enquadrar eles junto ao meio dos brasileiros. Eles não tomavam banho, não lavavam as roupas, não trocavam de roupa, vinham e os brasileiros começaram a reclamar: Ah, tem que ficar do lado dessas pessoas, tem cheiro diferente, não sei o que [...] Até pra eliminar isso aí, a gente fez todo um trabalho de acompanhamento com os estrangeiros, ensinando, desde tomar banho, sabonete, sabão em pó pra lavar roupa, ilustrativo. Eles lavavam roupa e largavam no chão. E daí vinham com as roupas lavadas e já ficavam sujas. Já tivemos brigas aqui dentro. O duro é entender porque estão brigando. O problema é que quando tem problema com um, tem com todo mundo...Tipo uma tribo, sabe?! Um tinha algum problema, todos paravam o que estavam fazendo, iam tudo ver o que tinha acontecido e tal, daí administrar isso aí... Era meio complicado. Mas agora acalmou. A gente falou, refalou que não pode, que não é porque um teve um problema que todo mundo tinha que ir ver o que acontecia. O salário base é x, mas depois tu recebe x menos 2, porque tem os impostos. Isso eu acho que seria importante de achar uma forma de já mostrar isso pra eles. Porque pra nós fica muito difícil, porque a linguagem é um fator complicado a comunicação. Tem os malandros, os bons e os não tão bons. E os não tão bons que fomentam que não é assim, que tem que ser diferente. Eu não sei se eles se fazem, ou desconhecem mesmo. Da legislação trabalhista brasileira. Isso às vezes a gente tem que explicar, reexplicar e eles não querem entender. Por exemplo, sobre a rescisão, de algumas vezes estarem enganando, nós somos muito corretos com todos os nossos colaboradores, mas aí acontece isso. Término de contrato. Ele não vai receber os três meses de término de contrato. E teve uma situação que o cara não aceitava. Vocês estão me roubando. Então eu disse: vai no sindicato, vou te dar o nome do presidente do sindicato, que é o representante da classe operacional, não tem problema nenhum. A presidente me ligou: Maria (nome fictício), como é que tem essa situação? Porque estava tudo correto mas o cara não aceitava, que tinha que pagar mais. Isso era oito e meia. Me ajuda. Não tinha nada de errado, só que eu não sei se eles não entendem, se eles vêm aqui achando que vão entrar no trabalho e já vão ganhar rios de dinheiro, eu não sei, mas eles acham que a gente está enganando. Eles não têm noção de como é a legislação aqui.Outra questão, no primeiro momento, vieram muitos homens pra cá. No começo não vinha mulher. Só que depois começaram a trazer as esposas. E elas vêm e engravidam. É fato. Eu não sei se por conta disso eles vão ter um visto diferente, ou benefício diferente... 90% das mulheres engravidam. E nós tentamos falar, não é que não pode transar, mas tem que usar os métodos anticoncepcionais, senão vai ter filhinho. Fizemos um trabalho forte com nossa psicóloga, com o pessoal do RH... Não queriam nem saber. Se negam a usar qualquer método anticoncepcional, não querem usar nada. Fizemos um trabalho com o posto de saúde, veio aqui deu*

> *palestras sobre sexualidade, e tudo mais. Não querem saber. Elas querem ter filho. E todas engravidam. Tanto que o nosso índice de maternidade aumentou muito depois" (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS).*
>
> *"[...] A dificuldade maior que a gente encontra é na transferência do dinheiro. É um pouco complicado isso porque eles tem que ter conta aberta, a pessoa do lado de lá também tem que ter a conta e isso é o mais difícil de conseguir organizar, mas agora já está mais organizado" (Agroindústria, Teresópolis, RJ).*
>
> *"[...] Não tem tensão com os brasileiros. É entre eles. Não é contra brasileiros. Normalmente as brigas são entre eles. Nunca vi eles querendo brigar com um brasileiro. Sempre é entre eles. [...] Teve um caso no ano passado. Deu uma briga entre haitianos e senegaleses. Não sei o [...] mas se pegaram, a gente demitiu. Tu vê, a gente tem mil pessoas num parque industrial, deixa briga ser normal, vira um ringue de guerra. Então até pra moralizar, a gente pegou e não, a gente não aceita esse tipo de coisa aqui. E depois daquilo acalmou. Então está bem tranquilo" (Agroindústria, Garibaldi, RS).*

Interessante observar que todos os entrevistados declararam que a empresa realizou algum tipo de preparação para receber os imigrantes, que ia desde a preocupação em traduzir para o francês algumas das normas da empresa até mesmo a palestras e campanhas de sensibilização dos funcionários para o correto recebimento dos estrangeiros.

> *"[...] Todo mundo acolheu bem eles, tiveram funcionários que se reuniram, juntaram cobertores, colchões, pra doar pra eles. Acabaram acolhendo e ajudando, então não vi uma resistência deles não, pelo contrário, foram bem recebidos e acolhidos e as pessoas ajudaram eles" (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).*
>
> *"[...] A gente fez aquele trabalho de tradução do francês para o controle de qualidade [...] Na verdade, nós tivemos o Ministério do Trabalho forneceu uma cartilha que tinha as principais palavras em português para crioulo, que não é nem o francês, é o crioulo. Então traz essa cartilha, a gente traduz todas as nossas de segurança, qualidade, normas principais, no idioma deles. Normalmente cartaz saem em dois tipos, sai em português e sai na língua deles. Quando a gente não sabe, põe a palavra em francês. E agora a gente até pensou nisso. Como o número é muito menor das pessoas que os outros, a gente ainda não estava fazendo em inglês. Normalmente a gente faz em português ou francês ou crioulo. Tanto que o contrato desses estrangeiros são feitos em francês. O contrato de trabalho a gente já faz em francês pra depois não dizer que não entendeu. Como você dá um contrato em português pra alguém que não fala português?" (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS).*
>
> *"[...] Quando a gente foi contratar o pessoal a gente fez uma reunião com os coordenadores e expomos o perfil dos novos funcionários, a situação deles, e expliquei pra eles que talvez aqui seja a única esperança deles e eles iam fazer de tudo para ficar" (Comércio de alimentos, São Paulo, SP).*

Ao se perguntar aos representantes das empresas como avaliavam comparativamente o trabalho dos imigrantes e dos brasileiros, a maioria revelou uma visão mais favorável em relação ao trabalhador estrangeiro no que se refere ao comprometimento com a empresa, no

sentido de uma permanência mais prolongada no quadro de trabalhadores do que os brasileiros, e com assiduidade maior.

> *"[...] No começo eles mostravam uma motivação muito grande, o pessoal até ficou preocupado, mas depois eles foram se acomodando e adaptando à cultura e hoje não fazem muita diferença não. No início eles faziam hora extra, eles vieram pra trabalhar e era isso que eles faziam, agora eles já estão um pouco mais exigentes" (Construção Civil, Cricúma ,SC).*

> *"[...] Em termos de assiduidade, acho que eles são um pouco mais assíduos, isso a gente percebe, não faltam ao trabalho, mas eles têm um ritmo mais lento do que o trabalhador brasileiro [...] No começo, eles querem muito dinheiro. Por exemplo, se puder fazer hora extra aqui, todos querem fazer. Mas tu tem que segurar. Chegou uma época em que eles entravam sem ser pedido, apareciam no sábado sem autorização. Os haitianos vinham aqui: Não, mais eu querer dinheiro. Queriam hora extra. Pra botar na cabeça que não, nós não podemos, a empresa não pode mais fazer. Quando precisamos fazemos uma lista, porque eles entravam sem ser autorizados, fora de horário. Eles querem dinheiro. É até bom porque eles não faltam, porque se faltar dá menos ainda. O estrangeiro não contribui para o nosso absenteísmo. A gente tinha um certo receio – porque eles são mais calmos – em termos de malandragem. O brasileiro, tem muito malandro, se tem um bico pra ganhar 30,00 no dia, ele falta e vai, o haitiano não. O trabalho deles é aqui" (Agroindústria, Garibaldi, RS).*

> *"[...] A gente percebeu que eles vêm para trabalhar e mandar dinheiro para a família eles não estão aqui para diversão, então eles têm bastante força de vontade para aprender. Eles são bem esforçados" (Representante de empresa metalúrgica, Caxias do Sul, RS).*

3.3 Imigrante empreendedor

Vários autores (CASTLES, MILLER, 2004; MÜNZ et. all, 2006) têm mencionado que há uma forte relação entre a migração e as trocas comerciais. Dentro do processo migratório é usual surgirem pequenos negócios para atender a algumas necessidades da população migrante. Uma característica desses empreendimentos é o trabalho familiar, a oferta de produtos e os serviços que permitem a manutenção de uma relação direta com o país de origem, como o pequeno comércio especializado em produtos da terra natal dos imigrantes.

Dentre os entrevistados nesse levantamento houve oportunidade de fazer contato com alguns empreendedores que atuavam na comunidade dos imigrantes oferecendo ajuda e, ao mesmo tempo, realizando negócios.

No grupo dos senegaleses, destacou-se a atuação de um entrevistado que geria um pequeno negócio na cidade de Caxias do Sul, voltado para atender as demandas de seus compatriotas. A experiência de instalação de uma *lan house* em pleno centro da cidade

permitiu gerar sinergias entre a atividade desenvolvida de serviços de chamadas telefônicas e a oferta de artigos como roupas e sapatos, além de produtos da culinária senegalesa.

A *lan house* é também um local de atendimento a imigrantes recém-chegados e a sede de uma associação de senegaleses que dispõe de uma residência para albergamento daqueles que não têm onde ficar.

Ainda em relação aos imigrantes senegaleses, foi possível identificar aqueles que veem na imigração uma oportunidade para descobrir nichos de negócio que poderiam ser implementados entre o Brasil e os países africanos, como expressa o depoimento a seguir.

> *"[...] A minha irmã está no Senegal e já vi muita coisa que posso mandar daqui para lá. Estou fazendo um investimento para um negócio lá. Lá também tem muita coisa que pode vender aqui" (Senegalês, Chapecó, SC).*

Apesar da visão otimista de alguns, há muitos entraves para a gestão de um negócio no Brasil, que passam pelo desconhecimento da legislação local e até mesmo das possibilidades de mercado. Apesar da oferta de cursos por entidades especializadas em atender microempresários que poderiam orientar os futuros empreendedores, a barreira do idioma e o pouco tempo para se dedicar ao planejamento do negócio pretendido diante da necessidade de ter um trabalho para se sustentar reduzem as possibilidades de sucesso dos empreendimentos.

3.4 Integração social dos imigrantes

Neste item serão apresentados alguns dados gerais das instituições e das autoridades locais entrevistadas; sua percepção quanto à questão da imigração internacional para o Brasil e quando esse processo teve início no município; os principais aspectos desse fluxo migratório; os maiores problemas vivenciados pelos imigrantes internacionais no município e na região; as vulnerabilidades fundamentais percebidas pela instituição; a observação quanto ao fato de os imigrantes conhecerem seus direitos ou, pelo menos, de buscar conhecê-los; a opinião quanto à atuação do governo brasileiro considerando os três níveis – municipal, estadual e federal – para resolver ou minimizar os problemas dos imigrantes; o sentimento quanto ao futuro desse movimento migratório; se a entidade faz algum registro do atendimento aos imigrantes e se há algum sistema para esse registro.

Foram entrevistados órgãos do poder público local, tais como a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Direitos Humanos, as Casas de Passagem, o Centro de Atendimento ao Imigrantes, a Polícia Federal, dentre outros, além de entidades da sociedade civil: Associação de Imigrantes, Pastorais Católicas, Dioceses, Cáritas,

Universidades, Movimento de Promoção da Igualdade Racial, Câmara de Comércio e Indústria.

Para iniciar a apresentação dos aspectos concernentes à integração social vale explicar brevemente como a entendemos. No âmbito da sociologia, a integração social consiste no processo de introdução de indivíduos ou de grupos em contextos sociais maiores, com padrões e normas mais gerais. Quanto maior for a integração dentro de uma sociedade, maior será o nível de concordância entre os seus membros e maior será a estabilidade social na comunidade. Vale salientar que existem, na sociedade atual, dois tipos de integração: a normativa, que ocorre por meio da incorporação das normas e dos valores predominantes, e a funcional, que ocorre graças à dependência mútua entre os seus vários elementos (PIRES, 2012).

3.4.1 Principais dificuldades dos imigrantes

A integração social dos imigrantes é um dos aspectos fundamentais para a garantia de uma melhor qualidade de vida e de um ambiente saudável para o desenvolvimento interpessoal deles no país de destino. Com relação a essa questão, as autoridades e os representantes das organizações sociais indicaram vários problemas que dificultam a integração dos imigrantes nas comunidades locais. Entre os obstáculos apresentados, os mais frequentes na fala dos entrevistados foram as dificuldades no campo da moradia, especialmente para alugar imóveis; os problemas de acesso a serviços sociais básicos; a pouca interação com nativos por não falarem português; a discriminação racial e as diferenças culturais.

A dificuldade dos imigrantes para alugar imóveis no Brasil está relacionada a uma série de variáveis, desde a impossibilidade de apresentar fiador até a falta de comprovante de renda. Além disso, foi destacado pelos entrevistados que o fato de muitos imigrantes, como estratégia para reduzir as despesas com moradia, viverem de forma coletiva acaba levando muitos locatários a se esquivarem de alugar para os estrangeiros, como pontuam os relatos a seguir.

> *"[...] Eles têm relatado que muitos brasileiros já não querem mais alugar imóveis para estrangeiro. Já aconteceu de um deles ligar pra mim dizendo que precisava de um avalista brasileiro para conseguir alugar uma casa. É complicada essa discriminação contra eles" (Presidente do Sindicato, Chapecó, SC).*

> *Na minha empresa conheço gente que já viveu isto, não tenho certeza. Têm também pessoas que cobram aluguel mais caro, por isso nós nos unimos e dividimos apartamento" (Representante da Associação de Senegaleses, Chapecó, SC).*

> *"[...] Hoje está mais tranquilo, mas estava mais difícil. Antes de alugar essa sala, fiquei quase dois meses procurando sala. Quase desisti. Você procura, olha certinho, quero alugar essa casa. Está na imobiliária. Você vai e conversa. No primeiro está tudo bem. Trouxe documento, trouxe isso, trouxe aquilo. Teve uma que eu cheguei de manhã, disse para eu voltar à tarde, levei o documento e ele disse que já tinha alugado. E depois de cinco meses, não alugou nada. Tem outras que falam: a gente não aluga para estrangeiro, porque está com passaporte, qualquer dia pode ir embora" (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*

> *"[...] Moro com meu irmão, com meus dois irmãos. Mas mesmo assim vai ficar aquela coisa. Qualquer coisa que acontece. Corredor está sujo porque o africano que mora aqui. Quebrou aquilo, africano que mora aqui. A imobiliária ficou insistindo falando que mora muita gente lá em casa. No momento, só eu morava lá com um amigo que foi viajar. Ele falou que tem 10 pessoas no meu apartamento. Foi uma pessoa que falou que tem 10. Ele queria aumentar o valor. Fora isso todos falaram que a cultura, mas acho que o idioma. Porque se você fala português sempre vai achar um brasileiro que te ajuda. Mas se não sabe português, não vai conseguir ajuda. Muitas coisas estão acontecendo, eles querem ajudar mas não entendem. Fui no hospital expliquei que machuquei alguma coisa. Ele não vai te atender porque você não fala português. Se não fala português ele não te atende. Eles ligam e falam se não vier alguém junto, a gente não vai atender porque não entende. Isso tudo problema do idioma" (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*

> *"[...] Para os estrangeiros haitianos está muito difícil para morar quando não tem carta de residência, não posso dirigir um carro, uma moto" (Haitiano, Forquilhinha, Criciúma, SC).*

A dificuldade para alugar imóveis mencionada pelos entrevistados contribui para uma sobrevalorização dos aluguéis pagos pelos estrangeiros e para uma maior precariedade de sua moradia, além de afetar parcelas mais significativas de sua renda e de comprometer sua integração social em virtude de uma segregação espacial dos imigrantes, direcionados às áreas menos valorizadas do solo urbano.

O fato de não dominarem o idioma português também se transforma em um entrave para uma maior integração social. Segundo as autoridades locais e os representantes de organizações sociais, muitos dos imigrantes não têm acesso a serviços sociais básicos, porque não conseguem falar e entender português, o que também dificulta uma maior interação com os brasileiros nas comunidades onde moram ou nos locais em que trabalham.

> *"[...] Acho que a dificuldade estava no acesso às políticas públicas em geral. Desde o acesso à saúde, se ele for ao médico, não será atendido, porque precisa ir com alguém que fale português. O sistema ainda não está organizado para atender essa demanda. Algo que explique o fluxo do SUS. Quantos que por qualquer coisa vão ao atendimento 24 horas, por não saberem que primeiro tem que ir à unidade básica de saúde. Não ficariam tanto tempo esperando, que lá eles só deveriam ir*

> *à emergência. Já é difícil trabalhar essas questões com os próprios brasileiros, imagine com alguém que não fala sua língua. As pessoas que estão na ponta não têm um olhar. Certa vez um tentou ser atendido, eles encaminharam solicitando que um tradutor acompanhasse ele. Marcaram a consulta para o dia seguinte. Como o médico vai explicar pra ele o que tem que fazer se não sabe. Vemos que na Associação de Senegaleses ficam sobrecarregados. Ligam pra eles não conseguem resolver, ligam pra nós. Não só na saúde, mas no trabalho" (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).*

De acordo com o relato das autoridades locais e dos representantes de organizações sociais, os problemas provocados por não conseguirem se comunicar em português são intensificados pelas diferenças culturais, que se transformam em barreiras para a maior interação dos imigrantes nas comunidades em que estão inseridos.

> *"[...] Primeiro, cultura extremamente diferente, religião, são na grande maioria muçulmanos, por causa da religião, comemos coisas que eles não são acostumados, idioma acaba sendo uma grande barreira também.. Na verdade, a gente tenta respeitar a cultura deles, não podemos obrigar um mulçumano a comer porco. Tem algumas coisas que a gente tem que respeitar. Mas as barreiras que eles enfrentam quando chegam aqui, é um choque pra eles sim. Certas coisas que eles veem que nós estamos acostumados a fazer e eles não. Sejam por questões econômicas, culturais, religiosas, a diferença é grande. Talvez agora estejam mais acostumados. Como qualquer um que vai para outro lugar, chega uma hora que começa a adaptar. Vai chegar a hora deles também se adaptarem. E nesse período em que estivemos no seminário com eles, sempre levantávamos essa questão. Estão vindo com outra cultura. Tínhamos sempre essa preocupação. Temos as nossas leis e que pra eles são diferentes. Enquanto esperávamos conversávamos com eles: no Brasil existe a lei Maria da Penha, as leis trabalhistas funcionam assim, questões culturais, hábitos. Por exemplo, vocês vão para uma empresa, tem uma fila para pegar comida" (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).*

A integração social dos imigrantes sofre, assim, os efeitos do medo do desconhecido. As peculiaridades culturais dessas nacionalidades que estão chegando mais recentemente ao Brasil assustam as comunidades locais, que tendem a resistir ao desconhecido. Além disso, o fato de muitos imigrantes serem negros torna ainda mais vulnerável a sua integração em cidades do Brasil marcadas por uma história de imigração internacional de europeus. Nesse sentido, há alguns relatos das autoridades locais, de representantes de organizações sociais e dos próprios imigrantes a respeito de um racismo velado ou não para com os imigrantes.

> *[...] É uma discriminação sutil, que às vezes não é na cara que faz, mas é aquele olharzinho. Uma vez estava esperando na parada esperando, tinha duas senhoras aí tinha dois haitianos passando e elas falaram: Será que vieram de que tribo, estes? De desconhecimento. E às vezes assim, até aquele medo, daquela coisa que a gente criou, do crime, do negro. O que salva é que eles se vestem muito bem. Daí o negro afro-brasileiro todo meio bagunçado às vezes e eles negros todos arrumados, se fosse de outra forma talvez sofressem mais ainda, porque aí [...]. Em italiano, como é que é?*

> *Desarrumado? Está todo [...]. Então, acontece, mas de formas sutis. Existe" (Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Bento Gonçalves, RS).*
>
> *"[...] Isso é uma coisa que a gente encontra bastante aqui. Quase todo dia. Seja preconceito, o jeito que olham pra ti, uma maneira que falam contigo. Sempre tem. No ônibus, hospital, no dia a dia. Ainda sobre racismo. Na minha firma, o patrão sempre briga comigo. Nunca me ajudou, mas ajuda os brasileiros. Quando eu briguei com ele. Estamos há um ano lá, e um brasileiro que chegou há três meses quer mandar em todos os senegaleses. O Brasil tem racismo. Jogo entre Grêmio e Santos. Torcida do Grêmio chamou o goleiro de Santos de macaco. Pior pra nós, africanos, pretos. Eles têm propaganda. África tem doença, país pobre, na África não tem nada, africano não é inteligente, só roça pra trabalhar. Todos têm isso na cabeça. Não é só Brasil. E isso é igual nos Estados Unidos, Europa, Austrália, até China é a mesma coisa" (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*
>
> *"[...] A gente percebe esse tratamento diferenciado no momento que eles vão alugar imóvel, quando vão à padaria e recebem um tratamento diferenciado. Nós que temos uma comunicação aberta com eles sentimos como eles sofrem. Os haitianos falam conosco que vão ao mercado e pessoas os ofende na frente deles, pensando que eles não entendem, mas se enganam porque eles falam muitas línguas" (Presidente do Sintracarnes, Chapecó, SC).*
>
> *"[...] Nós tivemos um assassinato, um crime passional. O marido matou a mulher e ambos eram haitianos, então quem era o mais próximo passou a ser o agressor, a pessoa ficou indefesa. Isto caiu para associação também que foi falar com ele, porque quem tinha o conhecimento de saber a origem e o contato dos familiares era o próprio agressor. Que forneceu para o Jean que fez o contato, que autorizaram a liberação do enterramento do corpo. Inclusive deu problema já, porque eu passei essa informação para a irmã Rosita que é da Cáritas em Brasília e ela precisava saber o que aconteceu, eu fui atrás da certidão de óbito no resgate social que é da prefeitura que também cedeu toda a roupa e fica por três anos numa região que a prefeitura tem para essas pessoas carentes poderem ser enterradas" (Representante do Centro de Referência dos Direitos Humanos, Chapecó, SC).*
>
> *"[...] Sofrer diferença de raça, este também é um aspecto que a gente quer lutar essa questão do racismo. Temos também empresas que se aproveitam dos imigrantes, a gente vai assinar um contrato sem saber o que está escrito e o que significa. A gente assina sem saber o que está assinando e assim muitas empresas estão se aproveitando disso, a ignorância dos imigrantes, para pagar muito pouco com relação aos brasileiros. A empresa pode fazer também um desligamento sem motivo" (Representante da Associação de Senegaleses, Chapecó, SC).*

Vale observar, pelos relatos dos imigrantes, que apesar de perceberem/sentirem certo preconceito por parte dos brasileiros, entendem que esse preconceito existe também entre os próprios brasileiros e que isso não os fará desistir. Eles continuarão agindo de forma correta e sem aceitar provocações, pois, no fundo, "os brasileiros têm coração bom". Alguns compreendem inclusive que o racismo é mundial, e relataram situações vivenciadas por familiares e/ou amigos que residem em outros países.

> *"[...] Temos bastante amizade que a gente faz entre nós, senegaleses, mas tem bastante brasileiro que quer saber cultura, quer fazer amizade. Aqui tem racismo, tem. Mas se você compara com outro país, porque a gente sempre tem contato com um que está na Europa, vai ver que aqui é bom. Tem gente que recebe a gente com*

> *coração bom. Vi uma reportagem no Fantástico. Três pessoas que falaram mal dos senegaleses. E aqui na loja veio pessoas que não me conhecem, mas vieram pra pedir desculpa pelo que aconteceu que é uma vergonha. A gente sempre tem que olhar pra pessoa que nos apoia pra que a gente vá pra frente. Não olhar: Ah, aquele pessoal não gosta de mim. Não. Deixa. A vida é assim. Não vai ser fácil. A gente largou família, país, largou tudo por uma vida nova. Sempre vai ter uma coisa que mostra que tu não é brasileiro. Mas acredito que não é pra dar bola. Falo que a gente tem que sempre fazer as coisas certas, pra tomar vergonha as pessoas que não gostam de senegaleses. Sempre que a gente se encontra pra conversar, estamos tentando achar um bom caminho. Dois brasileiros brigando na praça, ninguém fala nada. Mas se for dois senegaleses, pode chegar televisão, rádio, pra falar que estrangeiro está brigando aqui. Sempre vai ter o olho que quer ver pra falar alguma coisa. Os problemas que a gente carrega na cabeça são mais pesados que uma fala. Isso não faz que a gente desista nunca. Mas não é só senegalês que passa por isso. Mesmo os brasileiros que nasceram aqui, também passa por isso. Tem um colega que namora há 9 anos. Quase desistiram porque a família do namorado não aceita. O racismo é mundial. Mesmo nos Estados Unidos com o presidente Obama, tem racismo. Meu pai vive lá e está sofrendo racismo. Não sei se pode existir alguma lei para que os estrangeiros possam ter algumas vantagens sociais. Não tenho problema com o racismo. Depende de ti" (Senegalês, Caxias do Sul. RS).*
>
> *"[...] Não temos problema. O brasileiro tem um coração bom, desde quando estou aqui nunca tive problema com nenhum" (Haitiano, Forquilhinha, Criciúma, SC).*

Os relatos dos entrevistados de organizações sociais e de alguns do poder público a respeito da integração social dos imigrantes deixam evidente que, quando o estrangeiro quer sair da condição de apenas mão de obra para se tornar um cidadão, os obstáculos são maiores, como indicam, dentre outros, Berry (2001), Ward et ali (2001) e Sayad (2006). É muito mais fácil a empresa se adaptar para receber o imigrante, porque, independentemente da cultura ou da origem, ele é força de trabalho e a empresa necessita dele. Agora, quando se trata de a sociedade reconhecê-lo como um cidadão com direito de acessar os serviços básicos e de se integrar na comunidade, as barreiras são grandes, principalmente pela falta de preparo dos órgãos públicos para lidar com as peculiaridades desse grupo, além do fato de os obstáculos serem intensificados pelo preconceito e, em alguns casos, pela discriminação racial, como demonstram os relatos a seguir.

> *"[...] O poder público não presta ajuda, não dá suporte para eles. Não tem acolhimento, não tem uma casa onde eles possam chegar, como tem agora em São Paulo. Já não é mais aceitável que não tenha uma melhor política em todo o sentido para eles. A lei tem que ser mudada, que eles tenham os mesmos direitos que a gente tem. Mas o que acontece é que a inserção é feita de uma maneira diferente, eles são olhados de maneira diferente" (Cáritas, Criciúma, SC).*
>
> *"[...] Em nível federal, as capacitações com os técnicos, para que as pessoas que atendem poder atender melhor, tendo mais conhecimento, subsídio. Quais são os direitos dos migrantes, da legislação. Hoje o Brasil tem uma diversidade de países de origem muito grande, mas cada contexto no país é diferente. E sobre a qualificação profissional, o de Gana é diferente do que vem do Senegal, a questão da preparação, da escolaridade, da qualificação, da experiência profissional. Talvez buscar dentro da realidade desses grandes grupos que a gente têm hoje, de buscar acordos bilaterais de cooperação na área da qualificação profissional que ajudariam*

> *muito as pessoas a prepararem o seu percurso migratório. Se existem acordos bilaterais entre os países que a gente está recebendo esses grupos migratórios, seria tão importante uma conscientização bilateral também. Conscientização deles, para que eles soubessem para onde estão indo. O que será cobrado deles aqui, o que é o Brasil, o que é necessário ter para vir para o Brasil, não é simplesmente vir. Porque podem acabar caindo na marginalização, acontece muito. E que a gente também fosse conscientizada para saber o que estamos recebendo. Que o brasileiro também soubesse o que ele está recebendo. (Campanhas?)" (Assistente Social do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).*

> *"[...] Quem está no CRAS não tem muito entendimento de muita coisa. No início as pessoas nem entendiam que tinham direito. A mesma coisa quanto a questões de trabalho, essas outras mediações. Se houvesse um Centro de atendimento, que não precisaria ofertar diretamente o serviço, mas seria com mediador, para encaminhamento para orientar quem chega e de alguma forma orientar quem recebe na ponta. Os migrantes pediam que tivesse um tradutor, alguém que pudesse dar uma orientação. Um pouco do que é o Centro de Direitos Humanos. Nessa modalidade seria perfeito. Ao mesmo tempo em que atenda o imigrante, dá retaguarda para que [...]. Quando vão ao posto, por exemplo, primeiro que eles não tinham obrigação de atender, porque ninguém explicou. Estão com dor de cabeça ou dor de barriga. Ele vai ficar sentado o dia inteiro porque a classificação de risco. Ficam bravos porque não são atendidos e quando passam no médico mandam embora porque não falam português. Nos casos de emergência, pode encaminhar no posto. Mas nos casos de UBS marcar agenda uma vez por mês. Encaminhamos um menino lá e ele voltou com uma folha escrita: Não atendemos se não houver alguém que faça tradução. Várias vezes recebemos esse papel de alguém da UBS. Eles têm esse entendimento e nós temos que [...] Sempre tem alguém que dê a retaguarda. "Preciso de alguém que me acompanhe no médico, que eu entenda o que o médico está dizendo e que eu possa dizer isso para o médico". E assim em outras coisas. A lei tem que ser mudada, que eles tenham os mesmos direitos que a gente tem, que a saúde [...]. Mas o que acontece é que a inserção é feita de uma maneira diferente, eles são olhados de maneira diferente" (Coordenadora do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).*

Os relatos anteriores também demonstram o despreparo do poder público para acolher e prestar serviços aos imigrantes, tanto em termos do idioma quanto do desconhecimento em relação aos direitos destes e à sua cultura, apontando para a necessidade de capacitação dos técnicos que os atendem.

Ainda que complexa a situação dos imigrantes internacionais, encontramos na região Sul, especialmente em Chapecó/Santa Catarina, programas e ações que contribuem para sua integração social, como é o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que criou o Pró-Haiti. O Programa de acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – Pró-Haiti é uma experiência pioneira na educação pública federal brasileira, e foi regulamentado pela Resolução Nº 32/2013 – Consuni, que instituiu o Programa e dispõe sobre os procedimentos para a operacionalização de suas atividades. O Pró-Haiti tem os seguintes objetivos: a) propiciar a formação em nível de graduação para cidadãos haitianos residentes no Brasil, especialmente aqueles portadores de visto permanente concedido por razões

humanitárias, como prevê a Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012; b) contribuir para a proteção dos direitos humanos dos cidadãos haitianos residentes no Brasil, baseando-se esse objetivo no princípio relacional de ajuda ao outro; e c) colaborar para o intercâmbio e a integração cultural entre haitianos e brasileiros, promovendo a interculturalidade dentro e fora dos ambientes universitários.

O Programa consiste da oferta de vagas nos cursos de graduação da UFFS a serem disponibilizadas exclusivamente a cidadãos haitianos residentes no Brasil, mediante processo seletivo específico regido por edital próprio. Havendo interesse e condições orçamentárias, o Pró-Haiti poderá incluir modalidades de apoio aos estudantes selecionados, tais como bolsa permanência e outros auxílios financeiros, mediante editais específicos. O aluno haitiano selecionado pelo processo seletivo especial é matriculado como aluno regular no curso de graduação da UFFS e está submetido às regras do Regulamento da Graduação da instituição. A oferta de vagas é avaliada anualmente, considerando a ocupação das ofertas no processo seletivo regular da UFFS e os estudos sobre a população de cidadãos haitianos nos municípios de abrangência da Universidade.

Em entrevista com o reitor da UFFS de Chapecó e sua equipe, ficaram evidenciados alguns desafios quando da implementação do Pró-Haiti. São eles: barreira do idioma; aulas de português para a comunidade haitiana desenvolvidas com base na experiência do PET-Letras; documentação e tradução juramentada nos conselhos estaduais de educação em processo e aquisição do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE). Outro ponto relatado foi a dificuldade encontrada no processo de sensibilização do corpo docente em relação ao acolhimento e ao acompanhamento didático pedagógico dos estudantes imigrantes.

3.4.2 Recomendações dos imigrantes e dos demais interlocutores ao governo brasileiro

Dentro desse contexto complicado da integração social dos imigrantes, os entrevistados apresentaram algumas **propostas de ação para o governo federal** que sinalizam adequações para as políticas públicas atenderem a demandas específicas dos imigrantes que podem contribuir para uma melhor integração social.

> *[...] Eu tenho duas sugestões que eu coloquei na audiência, mas acho que não fui muito bem entendida. Eu acho assim, a proporção em relação à nossa população, somos 110.000 habitantes, temos 1.200 e poucas Bolsas Famílias e agora chegaram 1.300 pessoas que em minha opinião, em um primeiro momento, precisariam ter Bolsa Família. Não sei que critérios a gente adotaria, isso é todo um estudo. Pra essa imigração que vem vindo e também para os municípios com grande número*

> *desses imigrantes, porque foram abertas as portas do Brasil pra vinda deles. Esses municípios precisariam receber financiamento pra gente poder dar um atendimento, porque nós estamos organizados pra dar atendimento à nossa clientela. O senhor imagina que se junta mais toda essa demanda" (Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Bento Gonçalves, RS).*

As sugestões apresentadas estão mais relacionadas à garantia de acesso dos imigrantes a serviços sociais oferecidos pelo governo, o que exigiria adaptação de procedimentos e qualificação de pessoal nas cidades que apresentam maior entrada de imigrantes. Contudo, é importante destacar que, de acordo com os entrevistados, a integração social passa também pelo rompimento de preconceitos nas comunidades locais, o que pode acontecer com o tempo de convivência entre estrangeiros e nativos, permitindo que os preconceitos virem conceitos positivos que alimentarão uma maior interação e integração social dos imigrantes. Como apresentado pelos entrevistados, tal questão é uma via de mão dupla, depende tanto dos imigrantes como dos nativos, mas pode ser articulada pelo poder público e pela sociedade civil organizada.

Os entrevistados reconhecem que há boa vontade por parte do governo federal em pensar e apoiar iniciativas de ajuda aos imigrantes, mas como a situação atual é emergencial, dado o grande fluxo migratório e a diversidade de etnias que entram no Brasil, todos parecem ainda não saber muito o que fazer: por um lado, presenciamos a ausência de políticas públicas para acolher e atender ao imigrante e, por outro, as organizações não governamentais e religiosas se propõem a colaborar, mas não dispõem de recursos (humanos, financeiros e materiais) necessários para tal. Os setores que atendem diretamente os imigrantes deveriam estar melhor preparados para o diálogo com eles, especialmente em relação ao idioma, como demonstram os relatos a seguir.

> *"[...] Existe uma boa vontade na parte do governo em relação a isso, talvez da nossa parte ainda não esteja articulado para ter essa contrapartida. Por exemplo, a gente tem dificuldade na questão da linguagem e a gente sabe que se a gente fizer um projeto em questão da cartilha isso é possível. Mas a gente precisa de quem faça para que a gente busque o recurso que a gente sabe que tem para isso. E em outras questões, por exemplo, em relação à Polícia Federal, na agilização documental, essas coisas que a gente pensa que fica um pouco longe do nosso alcance. A Polícia Federal aqui teve dificuldade de dialogar com o pessoal porque não tinha ninguém que falava inglês num dado momento. O delegado falava pouca coisa e tinha dificuldade. A gente precisa se organizar mais para buscar outros recursos que não sejam só financeiros, recursos humanos também" (Representante da Cáritas, Criciúma, SC).*

> *"[...] Uma das preocupações é essa questão trabalhista da dificuldade da educação e de como garantir que esses imigrantes se estabeleçam. O Brasil não tem interesse de barrar e mandar ninguém embora, então tem que garantir a estadia deles aqui. Essa questão dos empresários de trazer eles eram uma questão que é debatida, porque houve vários que trouxeram, ficavam três meses aqui e depois mandavam eles embora e eles perdiam tudo, tiravam a casa, o salário e eles ficavam na rua. Mas tiveram*

> *muitos casos, a maioria tentava conseguir outra coisa" (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).*

Foram apresentadas também outras sugestões, como unir universidades e governo para realizar um mapeamento a fim de traçar o perfil dos imigrantes de forma a subsidiar o desenvolvimento de ações que minimizem os problemas enfrentados por eles. Foi sugerido que o Pronatec poderia ser organizado por região e oferecer cursos de formação contínua de qualidade. Outras sugestões apontadas dizem respeito a ações de formação com foco na construção de uma cultura de direitos humanos, à redução das altas taxas para o envio de remessas e ações que favoreçam a solução dos problemas ligados à moradia, educação e saúde. Essas ações devem ser preocupação das três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

> *"[...] Pensando no perfil, eu como servidora pública municipal atuando há dez anos na rede de atendimento, nós precisamos que as universidades e o governo também terem um mapeamento de como estão, qual é o perfil para poder desenvolver ações. O desenvolvimento de um projeto que dê uma nivelada na acessibilidade da comunicação, seja para eles o português, seja para os atendentes outra língua que também possa facilitar a comunicação. Com o francês nós podemos chegar mais próximo de mais grupos. Temos pensado também no PRONATEC que é do governo federal também, demandas por regiões que podem ser estabelecidas. Ter uma rotina que possa ser elaborada com seriedade, um curso de qualidade, com permanência e continuidade. E principalmente formação, pensando que eu comecei falando que contamos com universidade que é um diferencial e nosso centro nós estamos avaliando que não vamos dar conta dos atendimentos, porque nós não temos uma demanda espontânea tão grande que vá dar conta de todo esse atendimento que está previsto na meta. Nós vamos justificar isso, nós queremos e pensamos ser o mais importante é trabalhar também na construção de uma cultura de direitos humanos e isso se dará também com formação. Tem um projeto aprovado para ser desenvolvido pela universidade em 2015 que é uma especialização em direitos humanos, tem vaga prevista na rede municipal. Então vai sair essa especialização terão vagas abertas também para esse público, não vai ficar só no atendimento. Ajudando na formação desta rede que é toda carente. Há também a questão das remessas de dinheiro que eles precisam mandar para o seu país, então o Banco do Brasil está se recusando a abrir conta salário, recusando enviar essa remessa, apresentando taxas altas também" (Representante do Centro de Referência dos Direitos Humanos, Chapecó, SC).*

> *"[...] Creio eu que, principalmente o governo federal, mas é claro que o governo estadual e municipal também, deveriam se preocupar com a moradia, saúde e educação. Porque aí começa esse debate e os sindicatos vão fazer essa defesa. Vamos lá, vamos ajudar e contribuir, mas o governo precisa colaborar. Os empresários estão se aproveitando desses trabalhadores e se os trabalhadores se machucam na empresa vão para o INSS. A Universidade Federal está fazendo essa parte, tem a UNA de Chapecó também, nós do sindicato cedemos à sala a princípio. A Universidade Federal vai ofertar cursos na língua portuguesa para eles. Os haitianos já estão me cobrando há um mês, mas eles estão de férias. Eles querem fazer, querem se comunicar e são pessoas muito legais. A maioria deles já até falam a nossa língua, mas eles querem mais. Então isso é bom e por outro lado a minha maior vontade é que o povo brasileiro os apoie. Nós como população, eu faço minha parte, mas a população brasileira apoie e os considere como brasileiros" (Presidente do Sintracarnes, Chapecó, SC).*

A Associação dos Imigrantes Senegaleses de Chapecó assinala que a primeira coisa a ser feita por parte do governo brasileiro é criar um espaço de diálogo com os imigrantes por meio de uma agência ou instituição só para estrangeiros que pudesse ouvi-los e disponibilizasse informações/orientações. Sugere também que o Banco do Brasil facilite o envio de remessas, pois as taxas são altas e o prazo para envio demorado, lembrando que a família do imigrante que ficou em seu país precisa com urgência do dinheiro. O relato a seguir ilustra essas afirmações.

> *"[...] A primeira coisa é ele conversar com a gente, nos dar essa possibilidade de conversar com o governo, instituição ou uma agência que está lá para ajudar os imigrantes. Isto vai ajudar bastante. Pois quando tem uma agência ou uma instituição só para estrangeiros a gente não ia mais ficar com dúvidas de onde ir para pegar informações ou solicitar algo. Eu já fui representante da associação na Itália também só que lá não tem emprego por isso a gente veio embora, a vida lá é muito cara. Assim o governo poderia ajudar mais a gente conversando e abrindo portas para gente. Nós temos problema também para mandar dinheiro, nós estamos buscando resolver este problema com o Banco do Brasil, pois acho que tem uma agência aqui que é maior. Para poder fazer isso para o imigrante porque não tem conta lá, agora você pode fazer essa operação só na agência onde abriu a conta. Como eu abri a conta só no outro bairro de lá vai demorar três dias para a pessoa para quem enviei o dinheiro receber vai. Imagina quem tá precisando de dinheiro lá urgente, demorar três dias. Isto é um absurdo, lá não é como o Brasil que têm plano de saúde como o SUS, a gente tem que pagar" (Representante da Associação de senegaleses, Chapecó, SC).*

Os imigrantes entrevistados no Centro de Atendimento aos Migrantes de Caxias do Sul reconhecem o esforço do governo de dar o visto aos estrangeiros, comparando inclusive com as exigências dos EUA, local onde é difícil conseguir visto. Reforçam também a proposta de **diálogo entre governo e imigrantes**, pois cada grupo de imigrantes tem seus projetos. Os senegaleses pedem ajuda do governo na questão do visto e propõem um **acordo bilateral entre Brasil e Senegal**, visando facilitar os investimentos naquilo que é a potencialidade de cada país.

> *"[...] Primeiro obrigado, por dar esse visto aos estrangeiros. Tem senegalês que está nos Estados Unidos a cinco, seis, sete anos sem ganhar um visto. E ela fez isso, é uma coisa boa. Por melhorar a situação do senegalês. Pelo estrangeiro ganhar uma situação especial no trabalho, em relação ao aluguel. Para um estrangeiro se apresentar em uma casa, em um condomínio, tem que dar pra eles prioridade. Cada grupo de estrangeiro tem um projeto, tem que ajudar os estrangeiros. Perguntar para nós se temos um projeto pra fazer no Senegal ou na África, pra financiar. Aqui tem café, Senegal dá pra ajudar a exportar esse cafezinho. Por isso, se a Dilma estivesse aqui sentada, falaria pra ela - Olha presidente, te convido pra ir ao Senegal. Ir lá visitar também. Outra coisa, facilitar o visto no Senegal pra gente. Quando entramos na embaixada pra pedir visto, se a gente tem sem problema, não vamos passar pelo Peru, Equador. E também pela cooperação Sul, pra ela continuar esse projeto, que é muito interessante. Aqui é um país com muita agricultura, no Senegal também, tem*

> *terra pra fazer essas coisas. Se tem essa cooperação dos dois governos, vou ficar lá trabalhando" (Senegalês, CAM, Caxias do Sul, RS).*

> *"[...] Para ela melhorar as condições dos imigrantes, a abrir mais possibilidades pra eles entrarem e ser orientados. Por exemplo, se alguém trabalha com madeira, se tem um escritório que vai pegar ele pra formar ele, levar em um lugar específico. Se alguém com diploma de Engenharia pega ele, coloca em uma escola, para melhorar e colocar no mercado. Mais uma coisa, ajudar os imigrantes a ter esse cartão de permanência, pra poder voltar, visitar a família, vem de novo trabalhar, seria uma boa. O governo do Brasil poderia acompanhar os imigrantes dia a dia, para poder abrir uma escola, formar eles. Tem muita gente que estava estudando no Senegal, mas não conseguia continuar porque o primeiro filho da família tem que trabalhar pra ajudar. Tudo isso seria uma oportunidade para o Brasil beneficiar. Mais mão de obra qualificada" (Senegalês, Caxias do Sul, RS).*

> *"[...] Cooperação entre senegalês e o Brasil para facilitar a entrada. Porque vejo que aqui tem serviço. De repente, dá pra liberar o visto de trabalho pra gente conseguir tirar no consulado, pra ser mais fácil. Pegamos todos os caminhos de risco, que pode acontecer alguma coisa. E também da casa de passagem, que a gente pode ficar um tempão. E se a gente não pegasse aquela casa da associação, vai ser uma loucura, trabalhar e dormir na casa, na rua. E pode complicar aqui no Brasil porque a gente vai ficar na rua, pode acontecer qualquer coisa. Uma casa de passagem ajudaria. E visto de trabalho. Quem chega com qualificação, sabe o que vai fazer, sabe o salário, vai ser mais fácil, mais tranquilo, saber o que vai acontecer quando chegar aqui. E sobre os problemas de saúde, como poderia facilitar mais. Às vezes é complicado por causa do idioma, a gente não consegue se compreender, se comunicar. Às vezes alguém tem que acompanhar o dia todo e ficar esperando. É isso que eu acho que o governo devia fazer. E agradecer. Mesmo que eles abriram a porta, a gente está entrando, a gente está aqui com paz. E aqui também na cidade. Tem gente que tem mais bom coração do que nós, ajuda demais" (Presidente da Associação dos Senegaleses, Caxias do Sul, RS).*

Os representantes de órgãos públicos entrevistados se queixam da estrutura física e de recursos humanos, inadequada para o atendimento qualificado aos imigrantes, pois eles necessitam de especificidade no atendimento, especialmente no caso do idioma e do acesso aos direitos sociais (educação, saúde e assistência social). Apontam também a necessidade de um planejamento integrado entre os governos federal, estadual e municipal visando à construção de uma política com responsabilidade e compromisso de todos, inclusive envolvendo o empresariado, como demonstram os relatos a seguir.

> *"[...] Na verdade a coisa que a gente mais observa mesmo é a questão da estrutura física que não é a ideal, se você olha a nossa estrutura, ela não é a ideal para atender. É claro que melhorou muito, mas ainda é uma coisa que não é específica e voltada para este atendimento. Na verdade, a gente arrumou para poder atender, mas tudo muito precário, nada de muito organizado. Nós fomos ajustando a nossa estrutura, a medida da quantidade de estrangeiros que precisavam de atendimento e estava aguardando na rua, tinha gente que dormia aí fora para ser atendido. Não teve um planejamento, e isso a gente sentiu falta" (Representante da Polícia Federal, Caxias do Sul, RS).*

> *"Que houvesse um planejamento. O Governo Federal, junto com o Estadual, Municipal, um planejamento de como vamos atuar e receber. Porque não dá pra*

> *chegar em São Paulo, coloca em um ônibus, vem para a cidade aqui do Sul, vai lá. Vão e resolvam. Isto não é ter consideração com o ser humano. Mas que a gente possa trabalhar em conjunto, porque se crie uma política então, com responsabilidade e compromisso de todos. E envolvendo também, quando o empresário vem. Nós temos vários empregos, que a gente tem vaga, tudo bem. Mas que tivesse um ponto pra saber onde tem. É Caxias do Sul, em qual área? Quem é específico pra isso? E daí a gente estaria recebendo com condições. Por isso que eu acho importante essa retomada e como tu disseste que foi discutido em Brasília, fazer os Centros, chegar com o mínimo de conhecimento da língua e poder passar. Ou fortalecer os centros que já trabalham com isso, dando condições para que eles possam juntos, desenvolver um trabalho mais qualificado. Acho que tem que pensar um ponto: não criar estruturas onde já existe alguma representação. Aqui nós temos o CAM, que a Mitra também trabalha junto. Então fortalecer aquilo que já existe no município. Porque senão começa-se a criar coisas, vem a parte de legislação e impedimento, desconhecimento de trabalhar" (Presidente da Fundação de Assistência Social, Caxias do Sul, RS).*

Os relatos anteriores demonstram a disposição dos órgãos públicos municipais de atender com dignidade os imigrantes, porém, para isso, é necessário que todas as políticas sociais incorporem a temática da migração internacional em seus programas/projetos e ações e que os governos prevejam financiamento para isso.

3.4.3 Impacto da imigração internacional no município

Os representantes de órgãos do poder público, tais como a Secretaria de Desenvolvimento Social dos municípios, onde a pesquisa foi realizada, mencionam que as cidades pequenas representam oportunidade para os imigrantes, pois, além de serem calmas e boas para se viver, oferecem opções de trabalho na área de confecção de roupas.

> *"[...] Existe também o telefone né, porque o que eu penso o que é Criciúma, é uma cidade com bastantes oportunidades, é uma cidade mais calma, mais tranquila, não tem tanta violência. Em São Paulo é muito violento, para morar lá você tem trabalhar muito e ganhar muito bem. Então se vem pra essas cidadezinhas mais calmas, você consegue trabalhar em Araranguá que é uma cidade calma, Sombrio, Urussanga, Cocal, porque eles são muitos da confecção, trabalham na confecção de roupas, então são cidades que pra eles são mais, e a economia também não é tão pesada, tem mais facilidade, e na verdade também tem um curso de vida mais barato, então eu acho que eles conseguem vir, mas que funciona a questão de telefone e mensagem, funciona. Eles sabem que aqui tem emprego, eles já sabem salário, não é qualquer emprego que eles aceitam. No começo quando eles chegaram tinha isso, eles trabalham mas eles querem ganhar bem, eles não vieram pra ganhar pouco, assim não muito mais aquilo que é justo, se é o que o brasileiro for ganhar, é o que eles querem ganhar. No começo também teve isso, eles vieram pra cá, vão ser explorados, vão tirar o nosso dinheiro, desempregar os brasileiros, mas não" (Secretaria de Desenvolvimento Social, Criciúma, SC).*

> *"[...] A impressão que a gente tem é que se esgota o fluxo migratório de um porque todo mundo que resolveu migrar, conseguiu regularizar e eu acho que isso se espalha, um fica conhecendo o outro, enfim, agora é a África do Sul, como na questão do Haiti que é um pouquinho diferente, o trâmite burocrático da emigração do*

> *haitiano, também impactou a República Dominicana, então a gente teve um fluxo no final do ano do pessoal da República Dominicana que não veio para Caixas acabou sendo atendido mais em Porto Alegre mesmo, mas alguma coisa replicou pra cá" (Representante da Polícia Federal, Caxias do Sul, RS).*

Na interlocução com as autoridades locais em Criciúma foi pontuado que, por ocasião da Copa de 2014, o município apresentou um fluxo muito grande de imigrantes e isso gerou surpresa e preocupação para os órgãos públicos e entidades da sociedade civil, pois eles viviam em condições de extrema vulnerabilidade: superlotação em locais de moradia, convivência desumana, desemprego e fome. A imprensa, sabendo da situação, cobrava da Prefeitura respostas imediatas. Por meio de ações conjuntas envolvendo a Prefeitura, igrejas e comunidade, as condições precárias dos imigrantes foram sendo amenizadas.

> *"[...] mas até então problema não tinha chegado à Prefeitura. Aí nós tivemos uma denúncia de uma casa com superlotação e de uma convivência desumana, então nós estivemos na casa e era realmente assustador. Um porão que devia medir 5m por 7m e tinha uma faixa de 25 a 40 pessoas, eles dormiam um em cima do outro, comida nem pensar, se eles arrumassem um potinho de arroz eram 10 comendo ali em cima, sem banheiro, era assim, realmente sub-humano. Então começamos a ter os primeiros contatos, aí a gente descobriu que tinham situações piores ainda, que tinham locais que eles ficavam dentro de uma casa, que a mulher fechava toda a casa por fora e desligava a luz. A gente a obrigou a abrir a casa e eles estavam de vela na mão, em um local completamente fechado, se pegasse fogo ali eles morreriam todos queimados, e não tinham nem pra onde correr. Então a gente se deparou com situações alarmantes" (Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social de Criciúma, SC).*

A Polícia Federal ficou sobrecarregada com a alta demanda por documentação de tantos imigrantes que chegavam ao mesmo tempo, o que gerou atrasos e, consequentemente, a incapacidade deles de procurar trabalho. Segundo relatos, no começo, muitas empresas procuravam a Secretaria de Desenvolvimento Social oferecendo vagas para trabalho, porém, como os imigrantes não tinham documentação, não podiam trabalhar. Somente depois de resolvido o problema da documentação é que conseguiram emprego.

> *"[...] Então, como foi a evolução da demanda de serviços por imigrantes nos últimos anos, a gente notou então, o incremento a partir de 2012. Um dado que eu acho importante, foi que em 2011 nós tivemos 4 pedidos de refúgio ao longo de todo o ano, em 2012 foram em torno de 130 então, isso foi bem marcante em termos de incremento" (Representante da Polícia Federal, Caxias do Sul, RS).*

> *"[...] os imigrantes ficavam todos ociosos querendo trabalhar e a gente dizendo que não poderia trabalhar sem carteira. Então nós tivemos algumas pegas com a polícia, mas eles também tentavam e a gente também entendia que eles tinham dificuldades, eles não têm pessoal. Imagina você dentro de uma polícia que está acostumada a fazer 3 ou 4 passaportes por dia e de repente vinham 100 em um dia. O ônibus quando chegava na rodoviária chegava lotado, todo dia. Eles estavam chegando de diversos lugares" (Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social de Criciúma, SC).*

Os representantes do poder público local, especialmente as Secretarias de Desenvolvimento Social, manifestaram que o fluxo da migração gerou grandes preocupações, pois não dispunham de condições adequadas para atender todos os problemas advindos desse cenário da migração internacional, uma vez que mal conseguiam resolver as demandas da migração interna.

> *"[...] E nós hoje aqui temos uma casa de passagem com capacidade para 20 pessoas, que é a demanda que tínhamos no município e que a gente sempre supriu. E ali começou uma guerra contra o tempo e contra a situação que eles estavam. A comunidade começou a ajudar na questão da alimentação, mas a gente não tinha onde colocá-los e ninguém queria alugar casa pra eles, ninguém queria nada. Aí estivemos em Brasília para ver se conseguíamos um recurso para locar eles nessas casas e de que maneira iríamos fazer e nós sentimos lá que ninguém sabia nada de nada. Parecia que o que estava acontecendo aqui em Criciúma não era real. Tanto é que o cara do Mistério da Justiça disse assim pra gente na época: "Não, veio tanto, saiu tanto, hoje tem tanto". E eu lembro que o prefeito na mesma hora questionou: "Então ficou tudo no mesmo município". Era uma situação que assim, a gente meio que não tinha saída. Aí nós conseguimos uma pessoa que doou uma casa, e a gente começou a viver assim, meio que amizade, eu vivia no computador o dia inteiro, pedindo ajuda e socorro. Então pedia ajuda para a igreja, aí que eles começaram a assumir a questão juntos para tentar envolver a comunidade, porque as primeiras reações que nós tivemos, foi que nós estávamos atendendo muçulmanos e que eles matavam cristão, que isso aqui iria virar o caos, aí eu fui pra igreja, porque nós achávamos também que era tráfico humano. Porque eles não falavam nada, se escondiam, tinha que falar com o líder, e o líder dizia que estava tudo bem, que não era pra gente se meter que eles estavam cuidando de tudo, o líder que a gente acha até hoje que ganhava dinheiro dos coitados" (Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criciúma, SC).*

Alguns entrevistados, também representantes do poder público local, informaram que o impacto com a chegada de muitos imigrantes de uma só vez deixou a cidade desorganizada, pois aumentou significativamente as demandas de serviços públicos. A cidade não estava planejada para absorver tantas necessidades.

> *"[...] A gente vem, o município como um todo, enfrentando, vendo o problema da imigração, não é que seja o problema, e sim as condições que a gente não tem ainda para recebê-los adequadamente. E a demanda que se tem da nossa própria migração interna, que é muito grande. A gente tem em torno de mais de 27.000 famílias em vulnerabilidade social. Mas mesmo assim, a gente tentou e foi feito um trabalho em conjunto. Teve o trabalho dos Direitos Humanos, o CAM, Mitra, a Fundação, enfim, as outras demais secretarias, da saúde, dentro de tudo o que se podia. Falta dar mais uns passos ainda, mas também tem que se haver uma conversa de que forma o município vai poder atender, porque é mais uma demanda além daquela que a gente já tem. [...] Apesar que se uniu esforços, a Mitra também ajudou, o CAM, que é o Centro de Atenção ao Migrante, que faz o trabalho, teve o trabalho de voluntários pra coisa. Mas vocês imaginem assim, um final de semana chegando 60, depois mais 30, depois mais 40 e depois mais 50 e quando tu vê, tu tem tantos. Temos atendido diariamente muitos estrangeiros, e chama atenção sim essa questão dos africanos, principalmente os senegaleses e os haitianos. Tivemos uma concentração no ano*

> *passado de ganeses, pós-copa e é um fato. Quando teve a liberação para os haitianos, aí começou para os demais, mesmo que sendo a entrada ilegal, mas foi a partir daí que os primeiros que nós tivemos e atendemos, e o maior número que a gente tem de atendimentos são dos haitianos, de acompanhamento. Pelo menos no cadastro único e nos CRAS. Aí veio a outra parte. Quando é um ou dois é uma coisa. E quando a Polícia Federal não permitiu mais que ficassem ilegais no albergue. Nós também temos a questão da legislação, que impede de fazer algumas coisas, algumas atitudes mais rápidas. É importante que tenha essa política, os três entes, porque as entidades são parceiras" (Presidente da Associação de Assistência Social, Caxias do Sul, RS).*

> *"[...] É um número não planejado para cidade estar absorvendo, o município tem que se reorganizar nas políticas, na saúde, na educação, na assistência, que teve um grande movimento. Tantas crianças, então têm que ir pra escola [...] Impõe uma demanda que a gente não estava preparado pra estar atendendo" (Representante da Assistência Social, Bento Gonçalves, RS).*

> *"[...] Acho que a dificuldade estava no acesso às políticas públicas em geral. Desde o acesso à saúde, se ele for no médico, não será atendido, porque precisa ir com alguém que fale português. O sistema ainda não está organizado para atender essa demanda..[...]. Não só na saúde, mas no trabalho. É bem complicado essa questão da tradução. Você não sabe o que a pessoa está traduzindo. Pode entender uma coisa e falar outra. Não é só o fato da pessoa falar duas línguas, que ela está capacitada para traduzir. A polícia não aceitava protocolo de refúgio em inglês. Tinha que ter alguém que falasse inglês entrevistar a pessoa e ir preenchendo em português. E naquela época, por causa da grande quantidade, acabaram fazendo mutirão voluntário e, um lugar onde não tinham privacidade para falar. Se não tivesse passado isso por nós, não sabemos se a polícia conseguiria entender, porque a escrita deles em inglês... eles escrevem como falam. Se você coloca aquilo no Google, não vai conseguir traduzir. São poucos que tem uma escrita boa" (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Criciúma, SC).*

Outro impacto relatado diz respeito ao perfil do fluxo migratório, pois no Sul a maioria das experiências de imigração era de indivíduos europeus, e a chegada de imigrantes negros gerou estranhamento na população em geral e, em alguns casos, até manifestação de preconceitos raciais e étnicos. Felizmente, por ser um grupo de imigrantes de nacionalidades comuns, foram se organizando, buscando seus direitos e sensibilizando as comunidades nas quais residiam, conquistando respeito, principalmente, por meio da inserção laboral.

> *"[...] Um impacto no sentido de que a nossa cidade é uma cidade cara de se viver, então o problema maior foi a moradia e a comunicação. Dois impactos que aparecem, porque procurar trabalho eles procuram, mas essas duas situações aqui são bastante significativas. Uma coisa é acessar, outra coisa é entender que aqui é outra cultura, outra língua, alguns falam português, a maioria, pelo que a gente viu, não fala português, então depende de outros para se comunicar. Várias situações que podem estar ocorrendo com esses grupos. Não sei se teve formalização de, mas ter estranhamento tem, porque não é europeu loirinho que está chegando na cidade. Tem de falas, não diretamente, mas em um sentido de estranhamento, não sei se tem formalização de agressão verbal ou destratar, chamar de negros, disso, daquilo. Nesse formato não chegou aqui, não sei se a Associação... mas eles poderão estar falando sobre isso mais do que nós" (Representante da Assistência Social, Bento Gonçalves, RS).*

3.4.4 Percepções dos entrevistados sobre a imigração

Segundo relato dos entrevistados, a imigração ainda não está em seu ápice. Eles consideram que quando os imigrantes começarem a trazer seus familiares a situação ficará ainda mais grave, especialmente para as políticas sociais, pois tal questão representará mais demandas para as áreas da educação, saúde e assistência social.

A maioria dos entrevistados alega que o motivo principal da emigração parece ser econômico, pois os imigrantes chegam ao Brasil em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida. Algumas nacionalidades apontam como motivos da emigração, além do fator econômico, os preconceitos quanto à orientação sexual (em Gana ser homossexual é crime), brigas entre família, tribos etc., e lutas armadas de independência[21], que ocorrem em algumas regiões do Senegal.

Os entrevistados observam que os ganeses são muito sociáveis, o que tem facilitado a boa inserção nas comunidades onde residem. A comunidade ganesa está se fortalecendo e possui uma associação que ainda não está formalizada, mas que funciona.

> *"[...] Eles "colocando" deles, pra que aquilo aconteça. E se não acontece mais essa inserção, talvez seja por causa da nossa sociedade. Teve um festival de música local, e eles participaram. Mas muitos trabalham, vão pra casa e dormem. Alguns casos é apenas uma integração laboral, alguns casos em dois trabalhos, para que possam mandar dinheiro para a família" (Representantes do CAM, Caxias do Sul, RS).*

Os imigrantes senegaleses já possuem uma associação bem fortalecida, embora também ainda não esteja legalizada. Um obstáculo para essa legalização é o Estatuto do Estrangeiro, que é de 1980 e estabelece que metade dos integrantes da associação tem que ser brasileira[22].

Os entrevistados relatam a disponibilidade para o diálogo demonstrada pelos imigrantes das diferentes nacionalidades e que eles manifestam ainda gostar do Brasil, apesar de todos os problemas que vivem aqui. Avaliam que os imigrantes continuarão vindo para o Brasil e que isso poderá contribuir para o desenvolvimento dos municípios, mas que as políticas públicas devem se preparar para atendê-los, pois, caso contrário, serão marginalizados. Manifestam preocupação com o período das Olimpíadas de 2016, que poderá trazer novo fluxo de imigrantes.

---

[21] Movimento das Forças Democráticas do Casamansa (MFDC)

[22] Lei nº 6.815/1980. Art. 108. Parágrafo único. As entidades mencionadas neste artigo, se constituídas de mais da metade de associados estrangeiros, somente poderão funcionar mediante autorização do Ministro da Justiça.

> *"[...] É uma preocupação bem grande que a gente está tendo com a questão das olímpiadas, vai abrir uma nova janela de imigração, então a gente pensa que nesses 2 anos eles vão juntar o dinheiro deles, principalmente os casados, pra mandar buscar a família. A gente acredita que vai ter um fluxo muito grande de mulher e criança, então temos que fazer uma projeção aproximada, e fora os novos que irão vir, óbvio. Se continuar nessa situação que hoje a gente se encontra, essa imagem que o Brasil tem lá fora, vão vir muitas pessoas. Porque todos eles têm seus celulares e são umas 300 fotos por dia, eu devo ser famosa lá. Eles estão mostrando lá como eles estão aqui. É, na Copa do Mundo eles não planejaram vir de um dia pro outro, isso já estava planejado há muito tempo, a abertura para a copa foi a brecha que teve e o visto estava muito fácil para conseguir. Então não foi uma coisa de momento, foi planejado, como eles estão fazendo agora, eles estão se organizando". (Representantes da secretaria de desenvolvimento social, Criciúma, SC).*

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A migração internacional recente para o Brasil passou a envolver vários atores que não estavam presentes em outros momentos de um passado recente. A alteração dos fluxos que antes envolviam na sua maioria países europeus e, até época recente, emigrantes da América do Sul, colocou um novo desafio para a sociedade como um todo.

Se, a partir de 2010, a presença dos haitianos indicou a necessidade de uma ação política mais contundente no sentido de auxiliar esses imigrantes, o momento atual (final de 2014 e início de 2015) apresenta novos desafios com a chegada de residentes de diversos países com necessidades específicas.

Se o caso dos haitianos mobilizou expressiva parcela da sociedade civil e autoridades que buscaram criar mecanismos que tornassem menos traumática a chegada, ao se tratar dos que chegam da África, por exemplo, a atuação dos órgãos governamentais se mostra um pouco menos eficiente no tocante à criação de mecanismos adaptados às demandas desses imigrantes.

As entrevistas com os imigrantes mostraram a existência de redes que atuam no sentido de cooptar os imigrantes e que, por meio de subterfúgios, tentam convencê-los das vantagens de buscar uma oportunidade de trabalho no Brasil. Quando do contato com a realidade local, esses imigrantes se veem em uma situação de extrema vulnerabilidade, pois assumem dívidas e trazem a esperança de toda a família com a possibilidade da realização profissional e da manutenção de fluxo de remessas. Essa dívida financeira e moral não poderá ser paga com as ocupações oferecidas no mercado de trabalho brasileiro.

A possibilidade de ascensão no mercado de trabalho passa pela qualificação da mão de obra. Nesse ponto, duas situações foram relatadas pelos imigrantes entrevistados. Em

primeiro lugar, a dificuldade para o reconhecimento de diplomas e competências técnicas que esbarram em exigências relativas à documentação que os imigrantes não têm condições de obter, como tradução juramentada e consularizada de certificados. Nesse particular, perde o mercado de trabalho brasileiro em contar com uma mão de obra especializada. O outro ponto é a dificuldade para o ingresso em cursos técnicos que esbarram na exigência da comprovação do ensino básico e o conhecimento do português que, em alguns casos, não é oferecido como disciplina do curso técnico.

Mesmo que, na maioria dos casos, a avaliação dos empresários tenha sido positiva sobre a atuação desses imigrantes em suas empresas, a baixa remuneração não permite que se alcance o montante de recursos esperados para fazer frente às obrigações assumidas e aos custos relativos à sobrevivência no Brasil.

Assim, a procura por melhores condições de trabalho ou, simplesmente, um salário maior é determinante na elevada mobilidade espacial desses imigrantes. A busca constante por uma situação que permita poupar parcela da renda recebida faz com que as condições de moradia sejam precárias.

Em algumas regiões, como o Sul do Brasil, a chegada dos imigrantes veio resolver um problema de escassez de mão de obra que poderia se tornar crônico em alguns setores, como na indústria agroalimentar. As difíceis condições de trabalho e os baixos salários não estimulavam a inserção da mão de obra local nos postos de trabalho que vieram a ser ocupados pelos imigrantes.

No caminhar desse levantamento, foi possível conhecer situações diversas de acolhida desses imigrantes. Em alguns relatos era indicada a atuação de setores governamentais, como no estado do Acre, e, em outros, dava-se destaque à atuação da sociedade civil. Em algumas cidades, como no caso de São Paulo, a atuação do governo local, mesmo que tímida, busca complementar o apoio fornecido por organizações não governamentais, como a Missão Paz, que não só faz a acolhida dos imigrantes, mas também atua de forma ativa na sua inserção laboral, como indicado no Anexo I.

O contato com as organizações da sociedade civil revelou que, apesar da ativa atuação junto aos imigrantes, a maioria delas não guarda registros sistematizados das intervenções ou mesmo dos atendimentos. Assim, perdem-se importantes informações que poderiam auxiliar no norteamento de políticas públicas. Somente uma entidade, a Missão Paz, tem sistema que registra as informações sobre os imigrantes, desde o primeiro contato com a instituição a todos os encaminhamentos dados às demandas apresentadas.

Nos contatos com as autoridades locais nos diversos municípios visitados foi possível observar que há clara preocupação com a presença dos imigrantes. No entanto, não há um direcionamento único das ações. Enquanto em algumas cidades é possível constatar a parceria entre governo e sociedade, com interesse na busca de soluções conjuntas para os problemas, em outras, a política de assistência social vê o imigrante como população em situação de rua e as opções de auxílio oferecidas, como o albergamento, não atendem às necessidades dos imigrantes e causam alguns constrangimentos e controvérsias.

Em resumo, a pesquisa mostra que ainda há muito a ser feito para o atendimento dos imigrantes, mas algumas recomendações podem ser indicadas:

1) Atuar para garantir que os imigrantes possam fazer a sua jornada de forma segura e com ampla informação sobre as oportunidades e dificuldades que encontrarão no seu destino.
2) Desenhar políticas de integração dos imigrantes na sociedade brasileira, reconhecendo as especificidades da sua situação, via definição de procedimentos a serem adotados por entidades públicas no seu acolhimento.
3) Criar mecanismos que possam solucionar os entraves ao reconhecimento de diplomas e certificados obtidos em outros países.
4) Sensibilizar autoridades locais ou estaduais que possuem instituições de ensino de nível médio ou superior a criar mecanismos simplificados para facilitar a inserção dos imigrantes no ensino regular.
5) Sensibilizar escolas e institutos de pesquisa a colaborar com as entidades da sociedade civil na criação de sistemas que possam registrar os atendimentos e os contatos das entidades com os imigrantes para a formação de uma base de dados que possa contribuir com a formulação de políticas públicas.
6) Utilizar os sistemas governamentais como Sine[23], Poupatempo[24], UAI[25] etc, no atendimento aos imigrantes, incorporando na sua equipe técnica nacionais dos países com maior fluxo de imigrantes, de forma a agilizar o atendimento e possibilitar ao imigrante um atendimento em seu idioma.
7) Criar uma central de informações com chamada gratuita que possa indicar procedimentos, auxiliar em atendimentos aos imigrantes em postos de saúde, CRAS e outras agências públicas.

[23] Sine – Sistema Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho e Previdência Social
[24] Poupatempo – Central de atendimento ao cidadão – Programa do Governo do Estado de São Paulo
[25] UAI – Unidade de Atendimento Integrado – Programa do Governo do Estado de Minas Gerais

8) Capacitar os técnicos dos serviços públicos, principalmente nas unidades de saúde e atendimento social, para o recebimento e o encaminhamento de imigrantes.
9) Criar um cadastro de entidades e associações de imigrantes para que eles possam receber informações sobre serviços, atendimentos e procedimentos para a obtenção de documentos via informes (cartilhas) que congreguem informações importantes e de fontes seguras sobre temas de seu interesse em seu idioma.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em Direitos Humanos**. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ANICIO, Luciana Martins. **O Imigrante Internacional de Retorno e sua inserção no mercado de trabalho:** Um estudo entre as Microrregiões Teófilo Otoni e Poços de Caldas. 2011.148f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós- Graduação em Geografia. Tratamento da Informação Espacial. Disponível em: <http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConsItem.html>. Acesso: em 01 mar. 2013.

AYDOS, Mariana R. **Migração forçada:** uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006). Dissertação de mestrado. UNICAMP. Campinas 2010.

BAIZÁN,Pau; Beauchemin;, Cris; FERRER-GONZALES,Amparo. **Determinants of migration between Senegal and France, Italy and Spain.** MAFE working paper nº 25. Ined Paris 2013.

BAENINGER, Rosana**. Notas acerca das migrações internacionais no século 21**. In Rosana Baeninger (ORG) Migrações Internacionais. Nepo/Unicamp. pp 9 – 22. 2013.

BEAUCCHEMIN, Cris; CAARLS, Kim; MAZZUCATO, Valentina. **Senegalese migrants between here and ther**e: an overview of Family patterns. MAFE working paper. nº 33. Ined. Paris 2103.

BERRY, J. W. **A Psychology of Immigration.** *Journal of Social Issues,* Vol. 57, No. 3, 2001, 615–631.

BOTEGA, Tuília; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu (ORG) **Migrações internacionais de retorno no Brasil**. OBMigra/UNB. Brasília. 2015

CARVALHO, José Alberto M. **Migrações Internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX:** algumas facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido. Seminário de Migração Internacional – Ministério da Previdência Social. Brasília, julho 2004.

CASTLES, S.; MILLER, M. **The age of migration**: international population movements in the modern world. London: Macmillan, 2009. 336p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 164 p. (Biblioteca da educação. Escola16) ISBN 8524904445.

COTINGUIBA, Geraldo C.; PIMENTEL, Marília L. **Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho**. In. Travessia (São Paulo), v. 70, p. 99-106, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EDITAL Nº 38/UFFS/2014 **- Processo seletivo especial para acesso à educação superior da UFFS para estudantes haitianos** – PROHAITI para estudantes haitianos.

FERNANDES, D. M. e CASTRO, M. C. G. . **Migração Brasil - Europa**: a situação dos migrantes brasileiros retornados da Europa no início do século XXI. In: Relatório de pesquisa ITINERIS - Proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração, do Brasil para Estados-Membro da União Europeia v. 1. Viena, Áustria: International Centre for Migration Policy Development - ICMPD, 2013.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; PIMENTA, Bruna; do CARMO, Vanessa. **Migração dos haitianos para o Brasil a RN nº 97/2012**: uma avaliação preliminar. Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, vol. 8 n° 8 IMDH/ACNUR. Brasília. 2013.

FERNANDES e CASTRO. **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil, diálogo bilateral**. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, 2014 (OIM, 2014).
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ICMPD. **Proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração do Brasil para estados membros da União Europeia** – Intineris. Relatório de pesquisa – Brasil. Viena 2012.

ICMPD. Yaerbook on illegal migration, human smuggling and trafficking in central and eastern Europe. Viena 2013.

MOURA, A. F. e LIMA, M. G. A. Reinvenção da Roda – Roda de Conversa: um instrumento metodológico possível. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

MÜNZ, Ranier; STRAUBHAAD, Thomas; VADEAN, Florin; VADEAN, Na Dia. **The cost and benefits of european immigration.** HWWI. Hamburg. 2006.

OIM - Organização Internacional para Migração – **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral**. Ministério do Trabalho. Brasília. 2014 pp. 158 Disponível em : <http://portal.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C816A45B266980145DCAB8EF42233>. Acesso em 15 out. 2015.

PORTARIA GR Nº 941/08, de 09 de junho de 2008 – (UFSCar), Regulamenta o ingresso de refugiados políticos nos cursos de graduação da UFSCar.

PIRES, Rui Pena. O problema da integração, Sociologia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.** Volume XXIV, 2012.

PIORE, Michael J. **Birds of passage:** migrant labour in industrial societies – Cambridge University Press. Cambridge, 1979.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 97, DE 12 DE JANEIRO DE 2012- Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de1980, a nacionais do Haiti.

RESOLUÇÃO Nº 32/2013 – CONSUNI - Institui o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos - PROHAITI e dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das atividades do programa.

SAYAD, Abdelmalek. ***L'immigration ou les paradoxes de l'altérité. 1. L'illusion du provisoire***. Collection Cours et travaux, Paris: Raisons d'agir, 2006.

SILVA, Sidney. **Brazil, a new eldorado for immigrants?:** the case of Haitians and the Brazilian immigration policy. In: Urbanities, Vol. 3 nº 2 Novembre 2013.

SIQUEIRA, Sueli. **"Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil-Estados Unidos.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009; p. 07-99.

WARD, Colleen; BOCHNER, Stephen & FURNHAM, Adrian. ***The psychology of culture shock***. Routledge: Philadelphia, 2001.

ANEXOS

ANEXO I

Relação de imigrantes, associações e instituições entrevistados na região Sul e em São Paulo.

Tabela 3 - Entrevistados imigrantes

Data	Procedimento metodológico	Cidade	Nº de participantes	Sexo	Nacionalidades
REGIÃO SUL					
20/01/15	Roda de conversa	Cocal do Sul	6	1 F 5 M	Haitianos Haitianos
20/01/15	Roda de conversa	Criciúma	14	M	África do Sul (4) Togo (3) Gana (7)
20/01/15	Roda de conversa	Forquilhinha	4	M	Haitianos (2) Ganeses (2)
21/01/15	Roda de conversa	Criciúma	2	M	Senegaleses
22/01/15	Roda de conversa	Caxias do Sul	3	M	Haitianos
22/01/15	Roda de conversa	Caxias do Sul	5	M	Senegaleses
20/01/15	Roda de conversa	Cocal do Sul	6	M	Haitianos
24/01/15	Roda de conversa	Chapecó	3	1 F 2 M	Haitianos Haitianos
28/01/15	Roda de conversa	Chapecó	3	M	Associação de Senegaleses
SÃO PAULO					
28/01/15	Roda de conversa sobre a saúde do imigrante	São Paulo	6	2 F 4 M	Diferentes nacionalidades

28/03/15	Roda de conversa	São Paulo	6	M	Haitianos
28/03	Roda de conversa	São Paulo	4	M	Maleses
28/03/15	Roda de conversa	São Paulo	7	M	Angolano (1) Nigerianos (2) Democratas-congoleses (2) Congolês (2)
28/03/15	Entrevista	São Paulo	1	F	Representante da União Social dos Imigrantes Haitianos
30/03/15	Roda de conversa	São Paulo	9	8 M 1 F	Sírios (2) Colombiano (1) Nepaleses (2) Nigeriano (1) Congoleses (2) Palestino (1)
30/03/15	Entrevista	São Paulo	1	1 M	Secretário geral da Associação dos Senegaleses no Brasil

Tabela 4 - Contatos institucionais.

Data	**Instituição**	**Cidade**
22/01/15 Reunião da Câmara de Comércio e Indústria	Fundação de Assistência Social Representantes da Câmara de Comércio e Indústria Secretaria de Direitos Humanos Pastoral no Conselho Municipal do Idoso de Caxias do Sul Presidente da OIC Presidente da Fundação Caxias Secretária de Educação de Caxias do Sul Vereador Virgílio Costa Assistente social, diretora do Serviço de Assistência Social do município Presidente da Fundação de Assistência Social do município Coordenação de Cadastro Único da Fundação de Assistência Social Representante da CIC	Caxias do Sul

	Representante do Movimento da Igualdade Racial Representante do Sine de Caxias do Sul Representante da Secretaria de Saúde de Caxias do Sul Padre e freire da Diocese de Caxias do Sul	
22/01/15	Empresa Perfilline (escoramento para construção civil)	Caxias do Sul
23/01/15	JBS (Indústria alimentícia) – abate Hallal	Caxias do Sul
24/01/15	Polícia Federal	Caxias do Sul
22/01/15	Casa de Passagem Carlos Miguel	Caxias do Sul
22/01/15	Centro de Referência de Assistência Social	Caxias do Sul
20/01q15	Secretaria de Assistência Social	Bento Gonçalves
20/01/15	Construtora Jarbas	Criciúma
20/01/15	Secretaria de Assistência Social	Criciúma
20/01/15	Cáritas	Criciúma
23/01/15	Centro de Atendimento ao Migrante	Criciúma
23/01/15	Associação Educadora São Carlos	Criciúma
26/01/15	Universidade Federal Fronteira Sul	Chapecó
26/01/15	Secretaria de Assistência Social	Chapecó
27/01/15	Igreja Testemunha de Jeová	Chapecó
27/01/15	Frigorífico Aurora	Chapecó
28/01/15	Sindicato dos Trabalhadores de Carnes	Chapecó
30/01/15	Superintendente do Trabalho	Florianópolis
30/01/15	Universidade do Estado de Santa Catarina	Florianópolis
SÃO PAULO		
28/03/15	Missão Paz	São Paulo
28/03/15	Sheik Maruf Olanrewayu Lawal – Mesquita do Bairro Pari	São Paulo
28/03/15	Representante do grupo empresarial Campanha de Petrópolis	São Paulo
30/03/15	Empresa alimentícia Di Cunto	São Paulo
30/03/15	Eixo Trabalho Missão Paz – Centro de Referência e	São Paulo

	Atendimento ao Imigrante	
30/03/15	Centro de Atendimento ao Trabalhador – CAT/ Ministério do Trabalho e Previdência Social (Estação da Luz)	São Paulo
31/03/15	Centro de Atendimento ao Imigrante – Cáritas	São Paulo
31/03/15	Centro de Integração da Cidadania do Estado de São Paulo (CIC)	São Paulo

ANEXO II

Eixo Trabalho – Missão Paz

> "A missão do Eixo Trabalho é receber, entender e auxiliar o imigrante na busca por integração no novo contexto sócio laboral, objetivando o encontro de culturas e a construção da cidadania universal (MISSÃO PAZ, 2015)".

As atividades desenvolvidas pela Missão Paz, referentes ao trabalho podem ser definidas em quatro etapas:

- palestra para os imigrantes;

- palestra para os empregadores;

- promoção de encontro entre imigrantes e empregadores;

- visita às empresas que contratam imigrantes.

1. Palestra para os imigrantes

Esta palestra, além de apresentar a Missão Paz-SP, tem o objetivo de esclarecer aos imigrantes aspectos do mercado de trabalho brasileiro, como salário e folha de pagamento, com os devidos descontos, direitos e deveres, e alguns aspectos culturais e comportamentais que possam auxiliá-los na inserção laboral e em sua permanência.

A palestra é oferecida em diversos idiomas e, para isto, conta com o trabalho voluntário de interculturalistas – profissionais da empresa SIETAR BRASIL, que promove palestras interculturais para pessoas que vão trabalhar em outros países.

Ao participar da palestra, cada imigrante recebe um cartão com informações sobre a Missão Paz. Esse cartão, chamado de "*passaporte*", é carimbado e, posteriormente, serve

como certificado de que o imigrante passou por aquela formação. Apenas de posse do passaporte os imigrantes podem acessar o auditório onde são expostas as vagas de emprego.

2. Palestra para os empregadores

A palestra para os empregadores, chamada de *"Migrante: outro olhar",* tem como principais objetivos apresentar a Missão Paz–SP, esclarecer o contexto e o processo de contratação do imigrante, selar parceria com os empregadores para trabalhar as diferenças culturais e, consequentemente, apresentar um resultado mais satisfatório para os empregadores e empregados.

A palestra é iniciada com uma abordagem histórica da imigração para o Brasil e da importância desta na formação da população brasileira. Os empregadores são levados a refletir sobre suas origens e a grande maioria relata ter, entre seus ancestrais, imigrantes.

Posteriormente, procura-se falar sobre a imigração atual e suas características. Reforça-se que os imigrantes têm os mesmos direitos trabalhistas do brasileiro, que não devem receber menos ou ter uma jornada de trabalho maior sem a devida remuneração, e que, para cada função, é preciso observar o piso salarial da categoria. Reafirma-se que a contratação dos imigrantes pode e dever ser boa para os dois lados, consolidando-se como uma 'relação de ganha-ganha'.

A palestrante procura esclarecer alguns pontos que geram mais dúvidas para os empregadores. São eles:

- *leis trabalhistas;*
- *documentação;*
- *tipo de contrato;*
- *comunicação – idiomas;*
- *moradia;*
- *alimentação/respeito;*
- *saúde;*
- *dias e horas de trabalho;*
- *salário;*
- *higiene;*
- *educação;*
- *evolução pessoal e profissional;*

- *tempo entre entrevista e contratação;*
- *transporte;*
- *diferenças culturais;*
- *crenças;*
- *religião;*
- *ilusões;*
- *honestidade;*
- *racismo/discriminação;*
- *relacionamentos;*
- *comportamentos;*
- *saudade da família e dos pais;*
- *qualidade de vida;*
- *"O que dá certo e o que não dá";*
- *"E se não der certo?"*
- *exemplos/relatos;*
- *necessidades do imigrante.*

Um ponto ressaltado na palestra é a atenção que o setor de Recursos Humanos (RH) deve dar à qualidade de vida e à saúde dos trabalhadores imigrantes para que estes se mantenham produtivos. Verifica-se que esses trabalhadores procuram fazer o máximo de horas extras, não pegar atestado, trabalhar o máximo possível para garantir uma remuneração maior e enviar maior quantidade de remessas e que, portanto, é preciso que o RH equilibre a jornada de trabalho para que eles não fiquem debilitados como o passar do tempo.

Depois, os empregadores relatam o ramo de sua empresa, a localização desta, as suas necessidades, o perfil desejável do trabalhador, como é o salário e também os benefícios. Em seguida são levados a refletir se as condições da empresa podem atender a demanda desses trabalhadores e, em caso positivo, devem seguir a seguinte metodologia para que o processo ocorra intermediado pela Missão Paz:

1. preencher a Ficha de Cadastro de Oportunidade e, após a palestra, entregar para o administrativo do Eixo Trabalho junto com o cartão de visita;
2. respeitar a agenda do auditório, assim como os dias e horários de atendimento do Eixo Trabalho;

3. preencher a Ficha de Divulgação da Vaga e entregar para o administrativo do Eixo Trabalho;
4. preencher a autorização de transporte, se necessário;
5. apenas iniciar o processo de entrevistas com o apoio dos voluntários tradutores intérpretes do Eixo Trabalho (se necessário) e tomar contato com carteiras de trabalho no momento da entrevista!
6. preencher completamente os termos de conduta dos migrantes aprovados para que ambas as partes o assinem no final da entrevista;
7. repassar claramente aos migrantes toda a metodologia para o início do trabalho (MISSÃO PAZ, 2015).

Por fim, o empregador recebe o "*passaporte"*, idêntico ao dos imigrantes, que certifica que ele participou da palestra intercultural, e uma cópia do documento "Compromisso de conduta ética do imigrante e empregador ao selar futuro contrato de trabalho", devendo ler em voz alta os seus termos:

> Eu, como representante legal da empresa, ao contratar o imigrante acima mencionado, reafirmo meu compromisso de:
>
> - observar e cumprir a legislação trabalhista vigente no Brasil, rejeitar todo tipo de preconceito, discriminação, exploração e intolerância para não ferir a dignidade do imigrante ou incorrer em desrespeito aos Direitos Humanos;
> - promover um ambiente de respeito mútuo e de integração;
> - dar igualdade de oportunidade e tratamento aos empregados imigrantes e brasileiros;
> - respeitar a cultura e os costumes do imigrante, ciente de que ele precisa de tempo para adaptação ao processo intercultural no Brasil (MISSÃO PAZ, 2015).

Observou-se, no dia da palestra, a presença de empreendedores que já haviam contratado imigrantes e que, em virtude da experiência positiva com essas pessoas, retornaram à Missão Paz para buscar outros trabalhadores.

A Missão Paz promove o encontro entre empregadores e imigrantes, proporciona as condições para a contratação, mas não participa do processo seletivo, que é realizado exclusivamente pela empresa.

3. Promoção do encontro entre imigrantes e empregadores

Esta etapa tem como objetivo apoiar imigrantes e empregadores no processo de contratação.

O encontro entre as duas partes acontece no Auditório da Missão Paz. Para acessar o auditório, tanto os empregadores quanto os imigrantes devem apresentar, na porta de entrada, o passaporte certificando que já participaram do processo de capacitação.

Verifica-se que muitos imigrantes recém-chegados e que ainda não participaram da palestra tentam ingressar no auditório. Eles são barrados na porta de acesso principal pela pessoa responsável por checar os *"passaportes*". Os que estão aptos adentram o auditório sempre com muita expectativa.

As Fichas de Divulgação da Vaga, preenchidas pelos empregadores, são fixadas nas paredes do auditório. No entanto, se o empregador desejar, a Missão Paz disponibiliza algumas salas para que ocorra a seleção em ambiente separado.

Os imigrantes circulam pelo auditório e verificam as vagas disponíveis. Se a vaga os interessar, eles devem se sentar em frente ao local de divulgação e aguardar os empregadores para as entrevistas.

Nesse momento é muito importante o papel dos voluntários, que traduzem e deixam mais claro o perfil desejado, a função, o local e o ramo da empresa. Após esclarecimentos gerais, os voluntários passam a ajudar na entrevista.

Nas entrevistas, os empregadores procuram saber sobre a experiência trabalhista anterior, verificar o grau de domínio da língua portuguesa, checar a validade da documentação dos imigrantes e deixar claras as funções que estes devem exercer.

A quantidade de imigrantes no auditório e nas salas de entrevista por vezes chega a gerar certo tumulto. De forma geral, como o número de vagas é sempre inferior ao número de candidatos, a circularidade é alta. Os voluntários e empregadores precisam agir com firmeza para manter a ordem.

Depois de entrevistar o maior número de candidatos possível, os empregadores anunciam o nome dos que foram selecionados. Constata-se, nesse momento, a satisfação dos que foram aceitos e, por outro lado, muita tristeza entre os que ainda não conseguiram emprego. Muitas vezes os que não foram selecionados querem tirar algum tipo de satisfação com os empregadores ou ainda tentar convencê-los a empregá-los.

Posteriormente, os empregadores preenchem o Compromisso de Conduta Ética do Imigrante e Empregador. Todos os dados devem ser preenchidos pelo empregador e o termo

assinado pelas duas partes. É preciso ressaltar mais uma vez a importância dos voluntários nesse processo. Embora todos os dados sejam preenchidos pelos empregadores, os imigrantes, muitas vezes, não conseguem entender ou localizar em seus documentos as informações, como número do RNE ou do protocolo, número e série da carteira de trabalho e número do CPF.

Verificou-se, em determinado processo seletivo que ofertava número maior de vagas, que alguns itens importantes desse documento, como função, salário e benefícios, não haviam sido preenchidos, numa tentativa de agilizar a finalização do processo, que já ultrapassava o horário estabelecido pela instituição.

Em outro processo seletivo que ofertava vaga para trabalhador doméstico, percebeu-se a dificuldade da empregadora de estabelecer os horários de trabalho. Esse tipo de situação é bastante relatado pelos agentes de Missão Paz e demonstra desconhecimento dos contratantes em relação aos direitos dos trabalhadores domésticos.

4. Visita às empresas

As visitas acontecem no mínimo três meses após a contratação intermediada pela Missão Paz. São entrevistados o empregador, o imigrante e pessoas que trabalham diretamente com ele, como supervisor e colegas de trabalho.

Busca-se saber se as condições de trabalho que foram prometidas são as vividas pelo imigrante, como está ocorrendo a sua inserção, quais as dificuldades apresentadas e os pontos positivos.

Os acompanhamentos retratam que muitos imigrantes são promovidos e que a crença para muitos de que "o trabalho é vida, dignidade, liberdade" traz resultados positivos para a empresa.

Segundo relato de empregadora do ramo alimentício cujo quadro de funcionários já contava com 34 imigrantes e estava retornando para contratar mais 15,

> *"A vantagem de se ter imigrantes é única e exclusivamente do trabalho porque o salário é o mesmo. O mesmo custo que temos com eles, temos com os brasileiros. A única coisa que muda é a qualidade do trabalho e o comprometimento – isso eles apresentam mais que os brasileiros hoje. [...] Vejo esta entrada, pela visão da empresa, como positiva. Eu não tenho nada a reclamar. Para todos os RHs que tenho contato – todo mundo sempre tem um pé atrás, tem muito medo, preconceito, tem uma série de coisas – mas o que eu passo é que eu não tive, até hoje, uma coisa para dizer que não valeu a pena. Só vale a pena! Desde o trabalho que eles fazem e a gratificação pessoal de você estar dando a oportunidade deles refazerem a sua história. E você estar junto ali deles, todos os dias, acompanhando eles refazendo esta história; quando eles vem tirar a carteira definitiva, quando eles chegam com esta carteira para mostrar com uma alegria, vem abraça, mostra – isso não tem preço. Eu estou bastante satisfeita. E todo mundo está. Não sou só eu. Todo mundo está, desde o dono da empresa – que*

> *pensa em números - também está muito satisfeito, apesar de ter a despesa com moradia – a gente tem uma despesa a mais com estes funcionários, mas o retorno é positivo.*
> *[...] O que é legal é que eles lá têm a mesma oportunidade que os brasileiros, isso é importante frisar. A gente já tem alguns casos de imigrantes que já foram promovidos, já tiveram alteração na grade salarial, já estão ganhando mais. Tem casos de funcionários nossos que vieram neste mesmo esquema que você está vendo, saiu daqui para ir morar numa moradia conjunta, mas hoje já aluga um imóvel sozinho, já está juntando dinheiro para trazer a esposa e filhos para o Brasil. Eles estão construindo uma nova história.*
> *[...] a gente veio fazer uma experiência com o primeiro grupo dos refugiados e tivemos uma grande surpresa. Não esperávamos que fosse ser do jeito que está sendo eles, além de trabalharem muito bem, são muito comprometidos e agradecidos. Eles têm um carinho muito grande pela empresa são agradecidos. Eles entendem que eles têm que trabalhar direito pra compensar a oportunidade que a gente dá pra eles de trabalho – essa é a visão que eu tenho dessas pessoas que estão com a gente lá.*

Por outro lado, há também relatos dos agentes da Missão Paz que fazem as visitas de que há empresas que não cumprem o que prometem e de dificuldades de integração dos funcionários estrangeiros e brasileiros. O trabalho doméstico e rural é o que mais precisa de mediação e acompanhamento.

ANEXO III - *Centro de Atendimento ao Migrante – Caxias do Sul*

O Centro de Atendimento ao Migrante (CAM) de Caxias do Sul foi criado em 1984 e está ligado à Congregação das Irmãs Missionárias Scalabrinianas. Tem como objetivo atender a pessoa em mobilidade humana, ou seja, promover a inclusão social da pessoa em mobilidade. Conforme a coordenadora do CAM, Irmã Maria do Carmo dos Santos Gonçalves, e a assistente social Vanessa Perini Moojen, nestes últimos 30 anos o perfil de migração mudou muito em Caxias do Sul. Inclusive, a imigração, que antes era interna, passou a imigração internacional. "No início, havia um grande fluxo de imigração interna (Campos de Cima da Serra, Vacaria, Bom Jesus) para Caxias", conta a religiosa.

Depois a imigração passou a ser de latino-americanos (argentinos, uruguaios, paraguaios e chilenos), que viam no Brasil um país para busca de emprego e novas possibilidades de vida, sendo que, naquela época, conforme as entrevistadas, os países que faziam parte do Mercosul não davam ao estrangeiro garantia de regularização. Cessada a demanda de latino-americanos, começaram a descer para o Sul os nordestinos. Estes também buscavam melhores colocações no mercado de trabalho.

Mais recentemente, iniciou a migração de africanos. *"A gente pode dizer que de 2012 para cá percebemos esse novo contingente de migrantes vindo para Caxias, principalmente em busca de trabalho. São migrantes internacionais, de Senegal, Gana, África do Sul,*

Zâmbia, Nigéria e Haiti. Eles querem duas coisas: conseguir a regularização e buscar trabalho" (Coordenadora do CAM).

O CAM surgiu para as irmãs scalabrinianas trabalharem esse carisma e, no fim, foi se tornando uma instituição da Política de Assistência Social, como relata a Irmã Maria do Carmo.

> *"Antes nós tínhamos serviços de convívio, fortalecimento de vínculo para adultos de 18 a 59 anos, mas agora nosso foco é mais ações de assessoramento no âmbito da inclusão produtiva, encaminhamento para o mercado de trabalho, intermediações de mão de obra. Esperamos no futuro poder trabalhar também com práticas coletivas de geração de trabalho e renda e também nas ações de defesa e garantia de direitos, acesso às políticas públicas" (Coordenadora do CAM).*

Mais de mil imigrantes chegaram em 2014, de diferentes nacionalidades, mas a maioria do Senegal e, por último, de Gana. Há também um número elevado de imigrantes do Haiti.

A cidade de Caxias do Sul, conforme relato da assistente social Vanessa Perini, *"não tem muitas ações públicas em Serviço Social, não tem o CRAS. O CAM sempre foi uma referência para as pessoas".* O CAM tem apoio de muitos voluntários, especialmente com domínio de diferentes idiomas, e foi se adequando para estar de acordo com a Política de Assistência Social. Os voluntários têm articulação com a rede socioassistencial do município, participam das reuniões do Cras da região, fazem encaminhamentos para os serviços de alta complexidade, como os albergues, e para vários outros tipos de serviços, como saúde e educação.

A equipe do CAM busca parcerias e organiza cursos. Em 2013 foi implementado o Programa Brasil Alfabetizado[26] (programa do governo federal), que ofertava curso de português para estrangeiros e alfabetização dos imigrantes; o curso de soldador, em parceria com o Pronatec[27] e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul; e também um curso de português de 30 horas em parceria com a Universidade.

---

[26] O MEC realiza desde 2003 o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania, despertando o interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. (http://portal.mec.gov.br).

[27] O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo governo federal em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. (http://pronatec.mec.gov.br).

A participação dos imigrantes nos diversos cursos oferecidos tem sido boa. Eles conseguem identificar o necessário para o dia a dia. Segundo informações do Pronatec, os imigrantes não faltam, são muito bem avaliados pelos instrutores/professores e formam turmas comprometidas. Eles participam ativamente das aulas e têm orgulho de participar da formatura.

Em 2012 houve a chegada de um fluxo grande de imigrantes, cerca de 50 por dia. O município procurou o CAM, porque o albergue estava lotado de senegaleses e eles acolheram, provisoriamente, quatro deles.

Em seguida, o CAM, em parceria com a Diocese, alugou uma casa, pois a maioria dos imigrantes senegaleses não tinha dinheiro, condições ou documentos para conseguir o protocolo na Polícia Federal. A princípio, segundo as entrevistas, *"não queriam nem atender (PF), não deixavam ninguém entrar. Fomos com advogado, conseguimos manter um diálogo. O protocolo demorava cerca de três meses".* A ideia era fazer uma parceria com a prefeitura local, porém a parceria não saiu e a casa acabou fechando, porque era algo bem provisório. Inicialmente chegaram os homens, depois foram chegando algumas mulheres, cujos maridos já estavam no Brasil, e outras solteiras. Hoje estão chegando mais mulheres. Mas a maioria acaba indo para São Paulo.

Em relação ao grau de instrução, em geral as entrevistas apontaram que não se pode dizer que é alto. Alguns chegam formados, com profissão, mas a grande maioria tem grau de instrução baixo, como ensino fundamental algumas vezes concluído.

A coordenadora do CAM e a assistente social relataram durante a entrevista que foram ao Senegal conhecer a situação dos senegaleses e puderam ver que é muito difícil eles permanecerem na escola, pois boa parte da população carente não tem recursos para comprar livros.

A faixa etária da grande maioria dos imigrantes se situa entre 20 e 30 anos, sendo que alguns têm 40 anos. De forma geral, o motivo da migração foi econômico, em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho. Alguns estavam em situação de refúgio, pois em Gana é crime ser homossexual. Eles relataram a existência de um grupo fanático anti-homossexual que persegue as pessoas que acreditam serem homossexuais. Já outros fugiam de brigas entre família, tribos etc.

Conforme as entrevistadas, as principais dificuldades apresentadas pelos imigrantes são aquelas que qualquer migrante encontra em outro país: a cultura extremamente diferente e também a religião, pois em sua grande maioria são muçulmanos, além do idioma.

> *[...] a gente tenta respeitar a cultura deles, não podemos obrigar um mulçumano a comer porco. Tem algumas coisas que a gente tem que respeitar. Mas as barreiras que eles enfrentam quando chegam aqui, é um choque para eles. Certas coisas que eles veem que nós estamos acostumados a fazer e eles não. Seja por questões econômicas, culturais, religiosas, a diferença é grande. Talvez agora estão mais acostumados. Como qualquer um que vai para outro lugar, chega uma hora que começa a adaptar. Vai chegar a hora deles também se adaptarem. E nesse período em que estivemos no seminário com eles, sempre levantávamos essa questão. Estão vindo com outra cultura. Tínhamos sempre essa preocupação. Temos as nossas leis e que pra eles são diferentes. Enquanto esperávamos, conversávamos com eles: no Brasil existe a lei Maria da Penha, as leis trabalhistas funcionam assim, questões culturais, hábitos. Por exemplo, vocês vão para uma empresa, tem uma fila para pegar comida*. *(Coordenadora do CAM).*

Em relação à integração social, as entrevistadas afirmaram que *"os ganeses são muito sociáveis, estão tendo uma boa inserção. E se não acontece mais essa inserção, talvez seja por causa da nossa sociedade. Teve um festival de música local, e eles participaram. Mas muitos trabalham, vão para casa e dormem. Alguns casos é apenas uma integração laboral, alguns casos em dois trabalhos, para que possam mandar dinheiro para a família".*

Na área da educação, também encontram dificuldades. Às vezes querem fazer um curso superior, mas ainda não têm direito ao Prouni. O ensino básico tem sido um pouco mais facilitado, mas não ter a comprovação do histórico escolar gera problemas. Ao ingressarem no ensino básico são encaminhados para fazer uma prova para determinar em que nível estão, e aí aparecem novos problemas, tais como: *"as vezes até sabe português, mas não tem condições de ler um texto daquele tamanho e fazer um resumo. O português, na verdade, é complexo.".* Na questão da habitação, o problema é a falta de acesso a programas de moradia. Alguns moram sozinhos, mas a grande maioria mora junto com parentes ou amigos, um modo mais coletivo de viver, pois o custo é menor.

No aspecto da organização, observa-se que o senegalês tem uma associação bem fortalecida. A comunidade ganesa também está se fortalecendo, mas a associação não está formalizada. As entrevistadas relatam que *"eles precisam pedir uma autorização para o Ministério da Justiça e esperar pela resposta, que pode demorar. Tem um advogado de Passo Fundo que está ajudando os senegaleses com o registro da associação".*

Em relação ao conhecimento de seus direitos como imigrantes, os ganeses são os mais preocupados em querer saber. *"Podem às vezes não estar certos do que estão reivindicando, mas estão sempre muito antenados a isso".* Segundo as entrevistadas, a maioria dos imigrantes não busca informações sobre o Brasil antes de emigrar ou tem informações distorcidas e acaba se frustrando, por exemplo, com o salário, o racismo dos brasileiros, o casamento, entre outras questões, como demonstra o relato a seguir.

> *"Ou a visão do Brasil: carnaval e futebol e que iriam se sentir em casa. Ou como é o casamento aqui. Falamos que aqui, tem filho tem que pagar. Hoje em dia, muitos falaram que não querem várias esposas por causa do custo. Por que se tem quatro esposas, tem que ser capaz de sustentar as quatro esposas. Também acharam estranho que aqui muitas mulheres trabalham. Lá (no país de origem) não" (Coordenadora do CAM).*

Quanto ao que o governo brasileiro poderia fazer nas três instâncias (federal, estadual e municipal), as entrevistadas alegaram que foi aceitável em um primeiro momento que o Brasil não tivesse estrutura, *"porque era algo novo, algo que aconteceu, pegou todo mundo de surpresa. Acho que a partir de agora, já não é mais aceitável que em nível municipal não se tenha um acolhimento para essa gente. Que eles não tenham aonde chegar, a quem recorrer, que eles tenham que contar com a boa vontade de voluntários, ou só uma ONG. O poder público não presta ajuda, não dá suporte para eles. Não têm acolhimento, não têm uma casa onde eles possam chegar, como tem agora em São Paulo. Já não é mais aceitável que não tenha uma melhor política em todo o sentido para eles" (Coordenadora do CAM).* As entrevistadas relataram ainda que a nova lei de migração precisa ser votada, pois os imigrantes vêm ao Brasil para trabalhar. Eles estão contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Em nível estadual, Caxias do Sul tem o Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (Comirat), que precisa ser fortalecido na visão da equipe do CAM. Em nível municipal, *"ainda não se tem nada de concreto e a preocupação é que os imigrantes estão chegando, vão continuar chegando e contribuindo para o desenvolvimento do nosso município e se não preparar as políticas públicas para atendê-los, pode acontecer outro efeito, a marginalização" (Coordenadora do CAM).*

Além dessas questões, a população brasileira, principalmente a mais vulnerável, não vê com bons olhos os imigrantes, como demonstra o relato abaixo:

> *A população comenta: "a gente está tão mal aqui, está tão difícil. O que eles vêm fazer aqui?" Com um medo que vão tirar alguma coisa deles, vão tirar o lugar na fila do médico. Tem que trabalhar isso. Que a precarização das políticas públicas não é por causa dos imigrantes. Como: "O que eles vêm fazer aqui? Já não tem médico para gente!", então espera não é culpa deles. Tem sido um discurso provável nos outros municípios também: "Estamos deixando de atender os nossos para atender eles. A gente não vai atender, não tem mais vaga, por causa dos imigrantes. Tem que mandar embora, deportar, fazer qualquer coisa. Aí a gente volta do começo, quando aquele grande grupo de ganeses chegaram, o acolhimento que eles tiveram por parte da prefeitura, um dos primeiros depoimentos do nosso prefeito foi: "Como vamos acolhê-los se não temos para os nossos? Não posso tirar dos nossos para dar para eles. Não convidei eles para vir aqui". E sempre dizendo: "Não é responsabilidade minha, não fui eu que chamei. É tudo Governo Federal" (Assistente Social do CAM).*

As entrevistadas, ao final da entrevista, concluíram que a questão do acolhimento por parte do poder público e da população deve se priorizada. Elas sugeriram campanhas para informar e discutir com a população a questão migratória visando minimizar os preconceitos manifestados pelos brasileiros em relação aos imigrantes.

Anexo IV - *Cáritas Brasileira – Criciúma*

A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é no auxílio aos excluídos, em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Na Cáritas de Criciúma, participaram da entrevista – cujo relatório apresentamos a seguir – a coordenadora e um técnico.

Conforme os entrevistados, na assembleia da Cáritas, realizada em 2013, foi definido que onde houvesse haitianos e também Cáritas, esta assumiria o trabalho com aqueles. O trabalho da Cáritas em Criciúma teve início em março de 2014, com o apoio às paroquias que estavam acolhendo os haitianos. No momento[28] em que começou a aumentar o fluxo de imigrantes haitianos em Criciúma, a atuação da Cáritas não se deu sozinha, foi necessária uma articulação com outras entidades e movimentos, o que foi feito por meio de um seminário, como relatado a seguir.

> A *gente começou a chamar as entidades, chamar a diocese, reunir com os movimentos pra tentar encontrar uma saída e ajudar o que a prefeitura estava pedindo, porque era o ano da campanha da fraternidade sobre o tráfico humano, e aí a gente não tinha como fugir também dessa temática. O que nós conseguimos fazer foi chamar para um primeiro momento no final de julho/2014, algumas reuniões para descobrir essa situação tida que vocês ouviram ali, havia um grupo que a Solange não mencionou ali que se intitulava corrente purgana, e foi um grupo que a gente não sabia nada a respeito, mas hoje não existe mais. Era um grupo bastante conflitivo, porque eles monopolizavam a reunião e a gente teve muita dificuldade de mostrar para eles que a questão da imigração era muito aberta, não era de cunho fechado. Enfim, nós fizemos esse seminário que a gente chamou de "Fórum" no dia 28 e vieram pessoas de vários municípios. (Coordenadora da Cáritas- Criciúma, SC).*

As orientações tiradas no Seminário indicavam a necessidade de se entender melhor a situação migratória, a questão da legislação relativa à migração e de realizar um mapeamento das entidades que estavam desenvolvendo ações em benefício dos imigrantes, procurando identificar as dificuldades vivenciadas por elas e criar uma comissão para atuar conjuntamente

[28] Janeiro de 2015

na área da migração. A comissão foi criada e algumas ações definidas, porém não se avançou muito, como demonstra o próximo relato.

> *Então foi isso o que aconteceu, foi um seminário que a gente se assustou, porque foram umas 300 pessoas dos municípios vizinhos. A mídia quase nos matava porque era gente o dia inteiro e o tempo todo, foi um desespero, e a gente sabe como é o papel da mídia né, quando tem um furo, por conta da denúncia que houve, mas a gente sabe que quando precisarmos da mídia a gente vai ter que correr atrás dela. Então fizemos um segundo momento que a gente queria organizar umas atividades, e aí já foi com um grupo menor, que já vieram um menor número de pessoas. E a gente temia outra coisa, a experiência que a gente tem com Fóruns na nossa região ela não é muito positiva, ele começa bem, mas depois só ficam algumas entidades ali que são mais comprometidas e têm mais consciência do trabalho e foi isso que aconteceu. E estamos nós aí hoje tentando puxar um pouquinho desse trabalho para ajudar os outros grupos que ficaram. (Representante da Cáritas, Criciúma, SC).*